











# Palavra do Presidente



**Conselheiro Cipriano Sabino**  
Presidente TCE-PA

Ao sermos investidos pela primeira vez no cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), no início de 2011, afirmamos para um auditório lotado, onde estavam presentes as mais importantes autoridades estaduais, bem como os nossos familiares, amigos e servidores, que não tínhamos dúvida sobre estarmos ocupando um dos mais importantes e destacados postos da vida pública do nosso estado. E, embora ainda encontremos nesta quadra da vida quem nos classifique como jovem, a nossa “quilometragem” já atesta mais de vinte e cinco anos somente na vida pública paraense.

Resta claro neste momento, que conseguimos, graças a proteção e bênçãos do Altíssimo Senhor Deus e ao apoio de conselheiros e servidores, alcançar a absoluta maioria das metas estabelecidas e superar os desafios para os quais nos comprometemos. Todavia, não foram poucos os momentos em que precisamos tomar medidas as vezes duras, mas decisivas para atingir objetivos que tornam e fazem do nosso TCE-PA um tribunal de excelência no exercício do controle externo no Brasil.

E somos assim reconhecidos por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Afinal, após passarmos pelo crivo da visita técnica de seus técnicos, fomos um dos TC’s brasileiros a assinar protocolo que faz do TCE-PA um auditor das operações de crédito do banco com o Estado do Pará e qualquer um dos seus municípios.

O planejamento e o mapa estratégico que procuramos cumprir integralmente fundamentam, para o alcance de metas de curto, médio e longo prazos, ações nos chamados ambientes interno e externo da instituição. Nesse sentido, some-se à realização de concursos públicos, à implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, à construção do anexo IV, ao investimento em tecnologia da informação e em capacitação; à realização das edições dos nossos eventos de capacitação na capital e nos quatro cantos do estado, às inaugurações das unidades regionais de Santarém e Marabá e, ainda, aos acordos de cooperação com organismos e instituições

das esferas estadual, federal e internacional, e chegaremos, finalmente, a quase completa consecução das metas estabelecidas.

Mas devemos falar também de superação. Nos superamos quando agimos tempestiva e responsabilmente na indução de estudos técnicos, como o que fora feito pelos nossos servidores da área específica sobre as perdas relativas a desoneração das exportações impostas pela “Lei Kandir”. Da mesma forma, quando essa mesma área de Controle Externo mapeou as centenas de obras paralisadas em todo estado. As perdas sociais e financeiras desses desperdícios trazem consequências para todas as camadas da sociedade, mas, particularmente, implicam em graves danos aos mais necessitados. A nossa atuação nesses e em outros assuntos se traduz em ser efetivo. Esse é o nosso papel.

A efetividade dos Tribunais de Contas é referendada pela Carta Magna de 1988. Nas páginas a seguir procuramos demonstrar de forma clara e objetiva aquilo que chamamos de marcos de gestão. Várias dessas ações poderiam aqui agora ser citadas novamente, mas uma delas é emblemática: a formação atual do Pleno do TCE-PA retrata exatamente o que determina a Constituição Federal de 1988. Cada um de nós que temos assento neste honroso Plenário, atendemos ao preenchermos o texto constitucional. E isso se dá em razão do concurso público realizado em 2012 para o cargo de auditor.

Neste momento chegou a hora de “passar o bastão”. Doravante, temos certeza que os novos gestores estão aptos para a honrosa tarefa de fazer o TCE-PA permanecer no posto que lhe cabe: ser um dos mais efetivos Tribunais de Contas do Brasil. E um dos melhores lugares para trabalhar de todo o país. Dois vocábulos retratam a minha gratidão a todos que nos apoiaram nesses inesquecíveis 1460 dias à frente do Tribunal de Contas do Estado do Pará:

Muito Obrigado!

Conselheiro Cipriano Sabino  
Presidente





**PRESIDENTE**  
**Conselheiro Cipriano Sabino**



**Conselheiro Luis Cunha**



**Conselheiro André Dias**



**Conselheiro Nelson Chaves**



**Conselheira Lourdes Lima**



**Conselheiro Ivan Cunha**



**Conselheiro Odilon Teixeira**

## **PRESIDENTE**

Conselheiro Cipriano sabino

## **VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro Luis Cunha

Conselheiro André Dias

Conselheiro Nelson Chaves

Conselheira Lourdes Lima

Conselheiro Ivan Cunha

Conselheiro Odilon Teixeira

## **FICHA TÉCNICA**

### **REDAÇÃO**

Antônio Remigio, Bruna Carvalho, Clóvis Luz e Pedro Paulo Blanco

### **EDIÇÃO**

Antônio Remigio, Clóvis Luz e Thiago Viana

### **PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**

Beto Conceição e Thiago Eluan

### **EDIÇÃO DE ARTE**

Beto Conceição

### **DESIGN DE CAPA E ANÚNCIOS**

Clewerson Queiroz

### **REVISÃO**

Bruna Ferro

### **FOTOGRAFIA**

Antônio Remigio, Carlos Borges, Leandro Vieira e Rodrigo Lima

### **TIRAGEM**

2.000 exemplares

Produção Editorial e Gráfica: CA NO MEDIA

Rua Jerônimo Pimentel, 107. CEP 66055-000 • Umarizal • Belém - Pará

Fone/Fax: (0XX91) 4005 - 1999

## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**

Trav. Quintino Bocaiúva, 1585

Cep: 66035-903

Fone: (91) 3210-0555

[www.tce.pa.gov.br](http://www.tce.pa.gov.br)

[twitter.com/tcepa](https://twitter.com/tcepa)

[facebook.com/tcepadigital](https://facebook.com/tcepadigital)

instagram: @tcepadigital



**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE PORTAS ABERTAS PARA A  
SOCIEDADE E MAIS PRÓXIMO DOS  
JURISDICIONADOS PARAENSES**

**Missão**

**Exercer o controle externo em benefício da sociedade, orientando, acompanhando e fiscalizando a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais.**

**Visão**

**Ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência no controle externo e no aperfeiçoamento da gestão pública estadual.**

**ACESSE TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS**



**@TCEPA**



**@TCEPADIGITAL**



**/TCEPADIGITAL**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585 Cep: 66035-903

Fone: (91) 3210-0555

Belém - Pará - Brasil

10	Editorial: O extraordinário Serzedello Corrêa e seu resgate histórico	44	Mais um concurso: TCE-PA empossa novos servidores
12	Entrevista: Após quatro anos de gestão à frente do TCE-PA, presidente faz balanço	46	TCE-PA aprova reforma do Regimento Interno
20	Pleno do TCE-PA inova e promove sessões extraordinárias históricas desde 2011	47	Controle Externo do TCE-PA: Reestruturação e Mudanças
22	Lei Kandir: estudo do TCE-PA revela que Pará já perdeu 21,5 bilhões	50	Segunda edição do Ciclo de Aperfeiçoamento: TCE-PA reúne prefeitos no Hangar
24	Interiorização: TCE-PA em todo o estado	52	TCE-PA realiza auditorias operacionais em parceria com TCU
28	Orientação pedagógica: TCE-PA promove Ciclo de Aperfeiçoamento para prefeituras	54	VI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados
30	Responsabilidade Social: Alunos da Rede Pública visitam o TCE-PA	56	TCE Cidadão chega às escolas públicas
32	Recuperação de recursos públicos: TCE-PA, MPCE, PGE, MPE, AGE, e SEFA assinam Termo de Cooperação	58	Evento em Breves encerra 1ª etapa com sucesso
36	Lei de Acesso à Informação: TCE-PA publica remunerações de servidores	59	Qualidade do controle: representantes da ATRICON fazem visita ao TCE-PA
38	Obras do estado paralisadas: TCE-PA aponta que 648 projetos de obras estão inacabados pelo Pará	60	BID aprova práticas de auditoria do TCE-PA
40	TCE-PA recebe novos auditores depois de 40 anos	61	TCE-PA assina protocolo com o BID



- 62 Presidente participa de Seminário no TCU e assina parceria em auditoria coordenada na área da Saúde
- 66 III Encontro TCE-ALEPA: presidente faz breve balanço dos últimos três anos
- 70 Descentralização: Após 67 anos, TCE-PA inaugura representação em Santarém
- 76 TCE-PA homenageia governador do Estado e entrega Anexo IV
- 80 Extraordinária: TCU e TCE-PA reúnem em Belém TCs da Amazônia Legal
- 82 Capacitação: TCE-PA promove curso de auditoria com o BID
- 84 Seminário: TCE-PA realiza encontro com entidades do 3º Setor
- 88 Capacitação: ECAV realiza curso sobre Licitação na Administração Pública
- 90 Pacto pela Boa Governança: Conselheiro Cipriano Sabino representa TCE-PA no evento e participa de painel sobre Segurança Pública
- 93 Alterações na Lei Orgânica do TCE-PA fortalecem as ações do órgão
- 94 PCCR: Comissão Especial de Estudos do Plano entrega relatório conclusivo
- 98 Pleno completo: Odilon Teixeira é empossado como novo conselheiro do TCE-PA
- 102 Novo corpo dirigente: Plenário do TCE-PA elege conselheiro Luis Cunha para o biênio 2015/2016
- 106 Projeto Qualidade e Agilidade da Atricon é tema de evento nos dias 15, 16 e 17 de dezembro
- 108 Balanço Plenário: Presidente do TCE-PA divulga relatório de atividades de 2014
- 110 ECAV encerra ano letivo com apresentação de metas
- 112 Marabá recebe Unidade Regional do TCE-PA
- 114 TCE-PA Capacita Representantes de 35 Municípios do Sul e Sudeste Paraenses
- 116 Relações Institucionais

# O extraordinário Serzedello Corrêa e seu resgate histórico

O paraense Innocencio Serzedello Corrêa (1858-1932) é merecida e reconhecidamente aclamado como um dos mais destacados homens públicos brasileiros que pontificaram entre a queda do Império e a Proclamação da República. Parlamentar federal, quatro vezes ministro de Estado, prefeito da capital federal, governador do Paraná, o belemense é sempre lembrado, por sua honradez pessoal e preparo intelectual. Daí ter ocupado tantos cargos de relevo na então recém-proclamada República brasileira.

Para além das fronteiras daqueles que militam na área do Controle Externo, o ilustre paraense merece de todos nós, servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), as maiores reverências. Serzedello, que dá nome a sede do TCE-PA, recebeu deste Tribunal uma homenagem que traduz um pouco da nossa gratidão e respeito. Somos honradamente responsáveis pelos seus restos mortais que para cá foram trasladados, após autorização dos seus descendentes, ainda no último quarto do século passado.

Quando das comemorações pelo seu sesquicentenário, a gestão presidida pelo conselheiro Fernando Coutinho Jorge inaugurou o Centro de Memória que, além de ser batizado com o seu nome, recebeu documentos e objetos históricos do estadista. Com um certo lamento, peço vênia para tomar emprestadas as palavras de outro presidente desta Corte estadual, o ex-conselheiro José Maria Barbosa, no lançamento do livro “Serzedello Corrêa - Homem de Pensamento”, do também saudoso ex-conselheiro Clóvis Moraes Rêgo. “Innocencio Serzedello Corrêa elevou o nome do Pará na esfera nacional no primeiro quarto de século da República. (...) Contudo, sua terra, hoje, quase o desconhece (...)”.

Em que pese o fato de ele dar nome a uma das mais importantes avenidas que cortam a capital onde nasceu, o vulto de Serzedello permanece majoritariamente desconhecido entre jovens

e adultos. É, pois, nosso dever e nossa obrigação, trabalhar pelo resgate do legado desse grande homem. E como forma dessa reverência e honra, o TCE-PA segue a tradição de publicar seus periódicos – iniciada no começo da década de 1970 - apresentando agora a edição especial da Revista Serzedello.

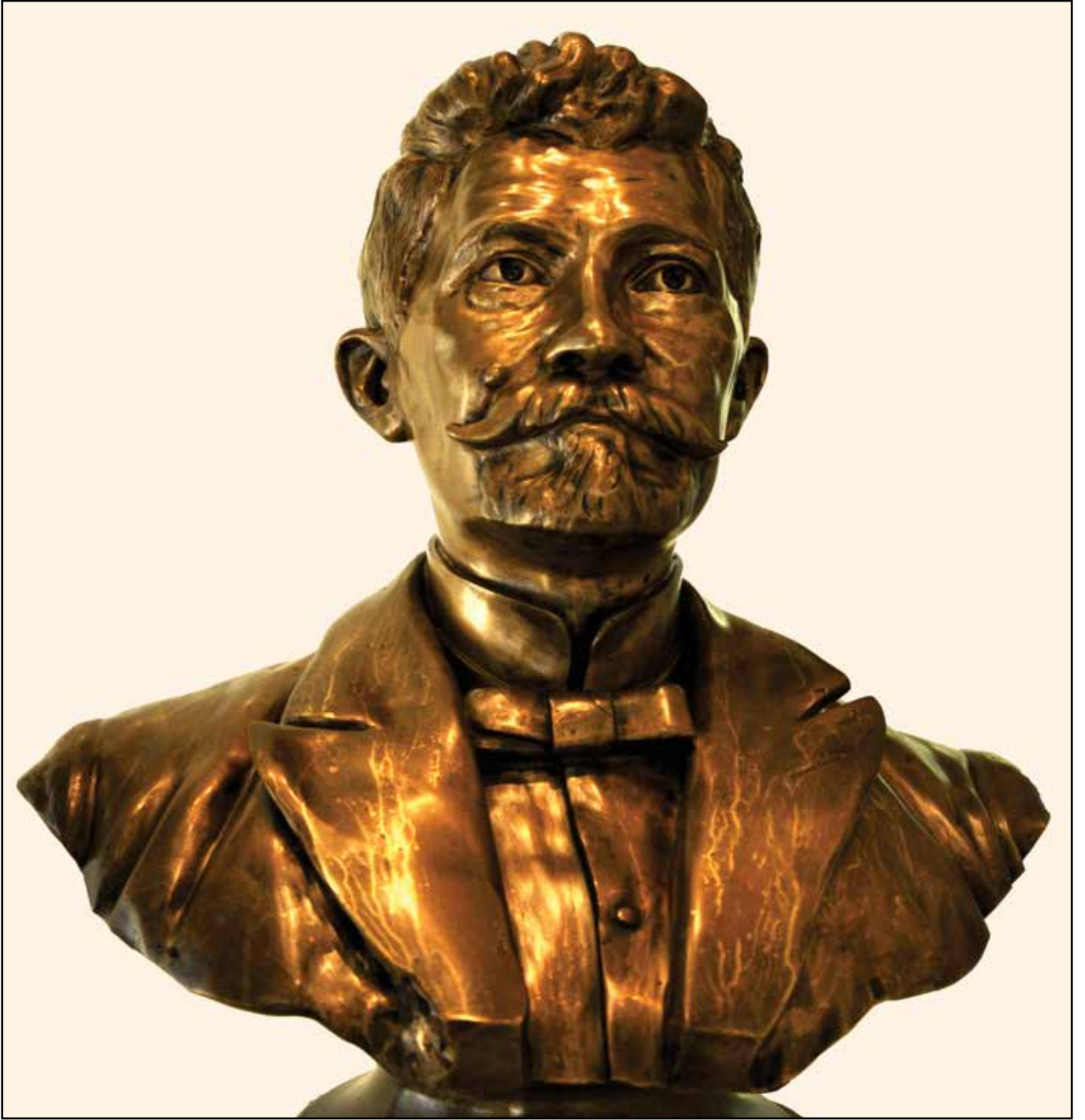
O militar brilhante que alçou a patente de general e o republicano que após se associar aos marechais Deodoro e Floriano na tomada de poder no final do século XIX, e atingir a sua maturidade intelectual e política, transformou-se no fiel escudeiro do positivista Benjamim Constant, foi indicado e eleito para alguns dos mais importantes cargos da nação. Todavia, Serzedello tornou-se, ainda, ao lado do jurista e político Rui Barbosa, figura de proa no âmbito dos Tribunais de Contas em todo o Brasil.

Por tudo que fez, não só o Pará lhe deve gratidão. O Tribunal de Contas da União (TCU) dá o seu nome ao instituto concebido como sua unidade de apoio estratégico, e cuja finalidade é propor e conduzir políticas e ações de seleção externa de servidores, educação corporativa e gestão do conhecimento organizacional. A homenagem se justifica, de acordo com o TCU, a mais alta esfera de controle externo do Brasil, por que Serzedello foi responsável pela regulamentação e funcionamento da Corte Federal, cuja autonomia defendeu, não só como órgão que registrasse as despesas, mas, sobretudo, como instituição independente e moralizadora dos gastos públicos.

É fundamentado nessas premissas que todos nós do TCE-PA saudamos a figura de Innocencio Serzedello Corrêa como fonte de inspiração e exemplo a seguir. Cumpre a cada um de nós a tarefa de resgatá-lo. Façamos, cada um de nós, a parte que nos cabe.

Cons. Cipriano Sabino  
Presidente







# Após quatro anos de gestão à frente do TCE-PA, presidente faz balanço

*Segunda gestão do conselheiro Cipriano Sabino marca continuidade  
do cumprimento de metas*





Foram quatro anos de realizações que marcaram a história recente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). Medidas austeras, como extinção de quadro de funcionários, e outras postuladas há décadas, tais quais a interiorização da Corte, a realização de concursos públicos e a construção do anexo IV, marcaram a passagem do conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior pela presidência de um dos mais tradicionais e importantes Tribunais de Contas brasileiros. A seguir, o presidente Cipriano Sabino faz um balanço das metas alcançadas que incluem, ainda, parceria inédita com o Banco Interamericano (BID), aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) e a recente inauguração da Unidade Regional 2 do TCE, em Marabá, realizada no dia 23 de janeiro, última ação considerada histórica do seu segundo mandato.

**Presidente, começemos pelo final; após mais de seis décadas de instalação, coube, enfim, a sua gestão a aprovação do PCCR do TCE e a instalação das unidades regionais. Por que tanto tempo?**

Em primeiro lugar, devemos agradecer o empenho do relator desta matéria, o conselheiro Luís Cunha, e de todos os conselheiros e servidores envolvidos nesse amplo debate que permitiu aprovar o PCCR para posterior envio e apreciação da Alepa e sanção governamental. Após a sanção do governador, nós nomeamos uma comissão especial presidida pela doutora Milene (auditora do

TCE) para ouvir as ponderações dos servidores e, esgotada a fase dos diálogos, cabe a nós trabalhar pela regulamentação e implantação do plano. Outra coisa: tenho a convicção, como homem público e gestor, que não devemos olhar para trás procurando adivinhar por que essa ou aquela medida não foi implementada, quando precisamos tomar decisões necessárias para a melhoria dos serviços públicos. Ao mesmo tempo em que acredito que o passado serve, sim, mas para inspirar novas e prementes decisões quer sejam em benefício do nosso público interno – os servidores – ou o externo, composto pelos cidadãos e jurisdicionados. Sempre procurando olhar para frente e ter a certeza de que demos o nosso melhor e cumprimos com a nossa obrigação. E outra coisa: está disposto no nosso plano de gestão a meta de valorização do servidor, e o PCCR contempla esta premissa.

**E as inaugurações das unidades regionais, por que somente depois de quase sete décadas o TCE inaugurou as duas unidades?**

Não cabe a mim, repito, emitir a resposta definitiva sobre o por quê. O que nos comprometemos a fazer, nós fizemos que foi inaugurá-las diminuindo as distâncias para com os nossos irmãos daquelas regiões tão importantes e aproximando o nosso tribunal deles. Tudo conforme fora previsto no nosso planejamento estratégico.



*“Nossa disposição é orientar para não punir; distinguir o jurisdicionado que requer orientação daquele que age com dolo, que acredita na impunidade. Para cada um desses jurisdicionados, o TCE-PA exerce sua competência observando a legislação vigente”, conselheiro Cipriano Sabino, Presidente do TCE-PA.*

**E em relação ao BID, qual será o papel do TCE a partir de mais essa parceria?**

Foi com muita satisfação que firmamos essa parceria. Somos um dos únicos Tribunais de Contas brasileiros aprovados pelo BID, a partir de uma minuciosa avaliação dos técnicos do banco que nos visitaram e aprovaram as práticas de auditoria aqui realizadas, que seguem padrões internacionais. A imprensa tem feito grande cobertura da assinatura recente do governo estadual com o BID de um empréstimo cujo montante é de 200 milhões de dólares para a educação. Essa foi a primeira operação de crédito do Banco no Brasil para uma área tão estratégica. E o TCE-PA será um auditor externo do BID nessa e em outras operações do banco em todo o território paraense. E isso nos deixa bastante orgulhosos e felizes.

**Outro eixo bastante valorizado nestes últimos três anos foi a interiorização do TCE-PA. Fale um pouco sobre essa ação.**

Permita-me fazer uma pequena introdução; nós acompanhamos, em 2013, a divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador aferido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que como o próprio nome diz, atesta o desenvolvimento humano ou qualidade de vida das populações de todos os países no mundo. No Brasil, com tristeza, pudemos observar alguns municípios marajoaras encabeçando a lista dos piores índices.



Em 2011, no mês de fevereiro, no início do nosso primeiro mandato, portanto, o Plenário aprovou a realização do Programa de Interiorização do TCE-PA. Naquele momento, veja bem, três anos antes da divulgação do IDH da região pelo PNUD, nós já prevíamos a ida àquela região. Breves, o município polo do chamado “Marajó da Floresta”, encerrou a primeira etapa do programa, reunindo participantes de cidades de todo o arquipélago. Ao cumprir o seu papel constitucional, estamos certos que o TCE-PA dá a sua contribuição para diminuir essas desigualdades.

Nesse sentido, um aspecto que precisa ser mensurado é que todas essas metas cumpridas até o momento contemplam a competência constitucional pedagógica dos Tribunais de Contas. Nossa disposição é orientar para não punir; distinguir o jurisdicionado que requer orientação daquele que age com dolo, que acredita na impunidade. Para cada um desses jurisdicionados o TCE-PA exerce a sua competência observando a legislação vigente. Outro detalhe muito importante são os apoios que recebemos das prefeituras, de órgãos do governo estadual e do próprio Executivo, além da aceitação de jurisdicionados, profissionais liberais e estudantes para com os nossos eventos.

Nós conseguimos contemplar, em dois anos de trabalho, as regiões Nordeste, Oeste, Sudeste e o próprio Marajó, pois foram realizadas edições em Bragança, Santarém e Marabá. Com os eventos, reunimos participantes de 90 cidades - praticamente dois terços dos municípios paraenses - e cerca de 1900 profissionais foram certificados.

### **Os programas de interiorização precederam a instalação de unidades regionais do TCE?**

São duas ações complementares. Um estado de dimensões continentais como o Pará requer atendimento em tempo real e presencial das instituições públicas. Temos farto histórico no tribunal de jurisdicionados que saíram dos confins do Pará para anexar uma cópia de nota fiscal ou requerer uma certidão. Essas e outras situações precisavam de uma resposta do TCE-PA, e todos os conselheiros são sensíveis a essas questões. Inauguramos em maio de 2014 a Unidade Regional 1, em Santarém, e acabamos de inaugurar a de Marabá semana passada.

**No seu Plano de Gestão observamos outra meta cumprida, que foi a realização de concursos públicos. Anteriormente, os últimos certames para os níveis médio e superior aconteceram em 1993. Por que tanto tempo sem concurso?**

Desde 2012, cento e trinta e quatro novos servidores foram empossados nos quadros do TCE-PA. Entre eles, muito embora aprovados em outro certame, estão os quatro auditores substitutos de conselheiros. No último mês de dezembro, foi empossado como conselheiro o escolhido na lista tríplice enviada ao governador, o doutor Odilon Teixeira. Essa foi uma das maiores alegrias que nós tivemos no decurso desses dois mandatos que, com muita honra, tive o privilégio de obter, graças a vontade dos meus pares. Observe que desde a promulgação da Carta de 1988, pela primeira vez o Plenário do Tribunal está preenchido conforme determinam os preceitos constitucionais.

### **Outra preocupação dos seus dois mandatos diz respeito a redução do passivo processual do TCE. Ainda falta muito para o Tribunal julgar processos que dão entrada no ano corrente?**

Esta iniciativa que nos enche de satisfação foi liderada num primeiro momento pelo então corregedor, o conselheiro Ivan Cunha, e atualmente segue sendo conduzida pelo atual, o conselheiro André Dias. Até agora houve treze sessões extraordinárias convocadas sem prejuízo das sessões ordinárias, e nenhum ônus para o erário. Não poderíamos aceitar que processos que deram entrada na década de 1990 ainda esperassem por decisões. Este verdadeiro mutirão encerrou mais de mil e quinhentos processos e obteve um avanço de quinze anos. Os acórdãos desses julgamentos determinaram a devolução de cerca de 80 milhões de reais, em valores corrigidos, aos cofres públicos estaduais.

### **Um trabalho dessa natureza é muito complexo?**

Na verdade, o que se precisa é do apoio e envolvimento dos conselheiros e servidores. Não poderia deixar de registrar e reconhecer o empenho de todos, e faço questão de citar nominalmente os conselheiros Nelson Chaves, Lourdes Lima, Ivan Cunha, Luís Cunha e André Dias e o agora conselheiro Odilon Teixeira. Da mesma forma, agradeço, em nome dos auditores Milene, Julival e Patrícia, e dos atuais gestores, Ana Maria Garcia, José Tuffi Jr., Reinaldo Valino, Luiz Roberto Reis Jr. e Carlos Lauzid, bem como a cada servidor de todos os departamentos do TCE que nos apoiaram nessa e em outras ações. A nossa atuação tem contado com o apoio fundamental de todos.

Durante a entrevista realizada no gabinete da Presidência do TCE, o presidente eleito do tribunal, conselheiro Luís Cunha, entrou na sala para tratar de um assunto com o presidente. Aproveitamos



para obter dele uma declaração sobre estes últimos quatro anos.

“Se tivesse de definir em poucas palavras esse quadriênio, diria que existe um trabalho em harmonia, com confiança mútua, entrosamento e uma administração compartilhada. Muitas transformações aconteceram e vão continuar ocorrendo. Podemos citar os concursos públicos, a aprovação do PCCR, a interiorização e a construção do prédio anexo, entre várias outras. E o Pleno completo em vigor. Mas quero enfatizar o respeito e confiança que existe entre nós”, disse o presidente eleito.

“Sobre o anexo, devemos agradecer o apoio do governo do Estado, que alocou os recursos para a sua construção, acrescentou o conselheiro Cipriano Sabino. “Esta obra era muito importante para todos. Afinal, o crescimento da economia estadual nas últimas décadas é diretamente proporcional ao aumento da produtividade do TCE. As nossas atuais instalações precisavam ser ampliadas. Todos nós, conselheiros e servidores, sabemos das limitações atuais”, completou.

#### **Sobre os julgamentos do Plenário, faça um breve balanço.**

Entre 2011 e 2014, após a realização de sessões ordinárias e extraordinárias convocadas para redução do passivo processual, o Pleno do TCE julgou mais de dois mil e oitocentos e cinquenta

processos, e determinou a devolução, em valores corrigidos, de cerca de 330 milhões de reais aos cofres públicos estaduais.

#### **Como se sente o homem público Cipriano Sabino após esse período?**

A pessoa que mais cobra de mim sou eu mesmo. O Estado precisa melhorar como um todo. Todos os poderes e instituições públicas devem melhorar. Sempre. A população está cada vez mais exigente. E com razão. Todos cobram o que lhes é devido e de direito. Em virtude da situação econômica do país, este ano de 2015 será um ano muito difícil. Todos têm de fazer a sua parte e com menos recursos. Com muita humildade, podemos afirmar que o TCE-PA avançou expressivamente. Ainda que tenhamos muito a fazer. Mas a tranquilidade de estarmos no rumo certo, posso garantir que temos. Indicadores aferidos em pesquisas internas e externas nos chancelam para esta assertiva. Afinal, mais de 87% dos servidores estão satisfeitos com o Tribunal de hoje. E um número similar entre aqueles que conhecem as atribuições do TCE-PA em todo o estado também indicam isso. Para a população paraense, o nosso papel é fundamental para a correta utilização dos recursos públicos estaduais. Fizemos a nossa parte. Honramos a missão que nos foi dada. Cumprimos o nosso papel.








# BIÊNIO





2011-2012



# Pleno do TCE-PA inova e promove sessões extraordinárias históricas desde 2011

*Iniciativa realizada sem custos excedentes para o TCE-PA reduziu o passivo processual em mais de 1.600 ações antigas. Algumas aguardavam julgamento desde o início da década de 1990*



À esquerda, Antônio Maria Cavalcante, Procurador Geral MPC-PA, conselheira Lourdes Lima e conselheiros Nelson Chaves, Cipriano Sabino (Presidente do TCE-PA), André Dias e Ivan Cunha, após sessão extraordinária. Desde que foram criadas em 2011, sessões extraordinárias já resultaram em mais de R\$ 20 milhões em devoluções aos cofres públicos do Estado



Entre 2011 e 2013 a Corregedoria do TCE, sob a direção dos conselheiros Ivan Cunha, primeiro corregedor do TCE, e André Dias, que o substituiu, realizou treze sessões extraordinárias convocadas para reduzir o passivo processual da Corte. Mais de 1.500 casos foram encerrados, resultando em cerca de oitenta milhões de reais em devolução aos cofres estaduais, em face de irregularidades apontadas nos processos, em que pese o TCE ter concedido ampla defesa durante os julgamentos. Com esta iniciativa, O TCE trabalhou para alcançar a meta de zerar os processos que deram entrada no Tribunal nos anos anteriores ao exercício atual. Esta proposição pioneira e sem ônus para o contribuinte é mais um compromisso de gestão realizado pelo Pleno da Corte paraense. Desde que assumiu a presidência do TCE-PA, o conselheiro Cipriano Sabino determinou a sua equipe que fosse encontrada uma solução definitiva para a redução expressiva do passivo processual existente na Corte de Contas.

A solução encontrada, em parceria com o conselheiro Ivan Cunha o primeiro corregedor do TCE, foi a realização de sessões extraordinárias, sempre às quartas-feiras, sem ônus algum para a Corte, de modo que se zerasse este passivo de toda a década de 90, pois, existiam processos à espera de julgamentos desde o início daquele período. Os processos relativos à década já foram encerrados.

“Tenho afirmado de forma convicta, que o número de processos não nos assusta, afinal, a nossa função é exatamente julgar as contas dos recursos públicos estaduais conveniados com os nossos jurisdicionados. O que nos incomoda e tem feito todos se empenharem nesta redução, é o tempo de tramitação e a carga burocrática por trás dessa demora”, afirmou o presidente da Corte, conselheiro Cipriano Sabino.

Em 2013, o conselheiro André Dias foi eleito o novo corregedor da Corte de Contas, que também vem trabalhando para continuar a redução do passivo processual do TCE-PA.



# Lei Kandir: Estudo do TCE-PA revela que Pará já perdeu 21,5 bilhões

*Números levantados pelo Departamento de Controle Externo do TCE-PA, a pedido do presidente Cipriano Sabino, mostram perdas com arrecadação de impostos no setor de exportações entre 1997 e 2010*



Documento elaborado pela Corte de Contas paraense foi entregue pessoalmente ao governador do Estado, Simão Jatene, que elogiou a iniciativa do TCE-PA. Estudo também será encaminhado a deputados estaduais e aos deputados federais e senadores que representam o Pará na capital federal



As autoridades paraenses resolveram se unir em torno daquele que é considerado o maior gargalo financeiro sofrido pelo Estado: as perdas causadas pela base de cálculo tributário da Lei Kandir e o seu respectivo impacto nas contas estaduais relativos aos repasses não recebidos daquele que é o quarto maior estado exportador de todo o país.

Desta vez, foi o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), conselheiro Cipriano Sabino, que determinou aos técnicos do Departamento de Controle Externo (DCE) do Tribunal, um estudo detalhado sobre as perdas causadas pela polêmica lei. O relatório foi coordenado pelo diretor do departamento, Álvaro Rocha e pelo analista de Controle Externo Reinaldo Valino.

De posse do estudo, Cipriano Sabino esteve em março de 2011, no Palácio dos Despachos para entregar em mãos o documento ao governador Simão Jatene. De acordo com o trabalho dos técnicos do TCE, o montante das perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações, com base na Lei Kandir, alcança, entre 1997 e 2010, a quantia de R\$21,5 bilhões (vinte e um bilhões e quinhentos milhões de reais).

A pesquisa considera os valores recebidos pelo Pará neste período, em forma de ressarcimento e auxílio financeiro do governo federal, para concluir que a Lei Kandir produziu um ônus de 21,5 bilhões de reais para o Estado em termos de arrecadação de ICMS sobre o

setor exportador. “Esses recursos poderiam estar sendo utilizados, com certeza, em benefício do maior desenvolvimento do Pará, em segurança pública, saúde, educação, construções de moradias, e no bem-estar da sua população” disse o presidente do TCE.

Ainda segundo Cipriano Sabino, ao determinar a realização do estudo que revela os impactos da lei para o Pará, sua intenção foi colocar a Corte de Contas, com todo seu corpo de conselheiros e servidores, à disposição do governo paraense na caminhada cujo objetivo será recuperar junto ao governo federal, as perdas que decorrem das alterações na legislação tributária. Ele acrescentou que encaminhará o estudo aos parlamentares federais – deputados e senadores –, bem como a todos os deputados estaduais, posto que foi formada uma comissão de estudo na Assembleia Legislativa sobre essas perdas nos últimos quatorze anos.

Ao deixar a audiência com o governador Simão Jatene, o presidente do TCE revelou que Jatene leu atentamente o relatório que lhe entregara, afirmando a Sabino que os números auferidos pelos técnicos do DCE do TCE são compatíveis com aqueles que possui. O governador agradeceu duplamente ao presidente do TCE; primeiro pela preocupação com as distorções geradas a partir da base de cálculo da Lei Kandir. E, em seguida, pela demonstração de apoio do Tribunal de Contas do Estado “nesta luta que é de todos os paraenses”, encerrou o conselheiro presidente.



# Interiorização: TCE-PA em todo o estado

*Cerca de duas mil pessoas de 89 municípios paraenses já foram capacitadas pelas palestras e cursos realizados pelo TCE-PA, no interior do estado*



Estratégia de abrir as portas do TCE e investir na capacitação dos jurisdicionados melhora a aplicação do dinheiro público estadual, garante qualidade na realização de obras e serviços oferecidos pelo estado, além de aperfeiçoar a aplicação de tudo o que é pago pela população paraense em impostos



Entre 2011 e 2013, o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) realizou, pela primeira vez em 68 anos, nas regiões Nordeste, Oeste, Sudeste paraenses, e no arquipélago do Marajó, um encontro técnico diferenciado. Chamado de “Programa de Interiorização Conversando com o Controle Interno e Jurisdicionados” (Resolução 17.694/11), o evento do TCE-PA leva parte da equipe de servidores da Corte e convida integrantes de instituições estaduais (MPCE/SEPOF) e federais (TCU e Caixa Econômica), para tratar dos mais relevantes temas da gestão pública e das prestações de contas dos recursos públicos, que são arrecadados a partir do recolhimento de impostos pagos pela sociedade.

O Programa de Interiorização do TCE-PA foi realizado pela primeira vez em Bragança, na região de integração do rio Caeté, e reuniu participantes de 15 cidades. Santarém, onde estiveram presentes representantes de 29 cidades das regiões de integração do Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu, foi a segunda cidade que recebeu o encontro. Marabá, local que reuniu as regiões de integração do Carajás, Lago de Tucuruí, do Araguaia e do rio Capim, recebeu representantes de 28 municípios na terceira edição do programa.

No mês de setembro de 2013, o Programa de Interiorização da Corte de Contas esteve em Breves, no arquipélago do Marajó. Ali, representantes de todos os municípios marajoaras, somados a outros do Tocantins e Baixo Amazonas encerraram a primeira fase deste encontro que deverá continuar em outras cidades tão importantes quanto, de acordo com o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino. Até o momento, cerca de duas mil pessoas, de 89 municípios, foram capacitadas e certificadas.

Planejamento, licitações, contratos, transparência, improbidade administrativa, controle interno, jurisprudência, lei eleitoral, de responsabilidade fiscal, captação de recursos, emissões de certidões e demais temas de interesse da sociedade, de servidores públicos, profissionais liberais, estudantes e jurisdicionados no âmbito do controle externo, são abordados nos dias da programação do evento pioneiro.

Prefeitos, vereadores, secretários, assessores, técnicos, servidores públicos municipais e estaduais, profissionais liberais, dirigentes de ONGs e estudantes, formaram a absoluta maioria de participantes das quatro primeiras edições do programa.



*“Todos os integrantes do Pleno do TCE-PA, o vice-presidente Luís Cunha, o corregedor André Dias, os conselheiros Nelson Chaves, Luís Cunha, Lourdes Lima e Ivan Cunha são sensíveis a este problema. Como prova deste empenho, bem como com o objetivo de aproximar o Tribunal da sociedade, conseguimos a aprovação da criação, nos próximos anos, de sedes do TCE-PA nas regiões Oeste, Sudeste, Nordeste e no Marajó”, conselheiro Cipriano Sabino.*

### **Segunda fase: mais cidades e representações**

Após levar capacitação e orientação, exercendo assim suas competências constitucionais em benefícios de todos os paraenses, o TCE-PA se prepara para iniciar segunda fase do seu programa de interiorização. Nesta etapa, novas caravanas de técnicos continuarão percorrendo o estado, e serão instaladas representações da instituição nas cidades pólo estaduais.

“O Pará é um estado de dimensões continentais. Suas regiões possuem características próprias e demandas locais. Mas num aspecto todas se parecem: tanto os municípios próximos, quanto àqueles mais afastados da capital, Belém, carecem de locais onde possam receber ou dar entrada em documentos, emitir certidões ou esclarecer dúvidas sobre os temas relativos às prestações de contas dos recursos públicos estaduais. Todos os integrantes do Pleno do TCE-PA, o vice-presidente Luís Cunha, o corregedor André Dias e os conselheiros Nelson Chaves, Lourdes Lima e Ivan Cunha, são sensíveis a este problema. Como prova deste empenho, bem como com o objetivo de aproximar o tribunal da sociedade, conseguimos a aprovação da criação, nos próximos anos, de sedes do TCE-PA nas regiões Oeste, Sudeste, Nordeste e no Marajó”, anunciou o conselheiro presidente Cipriano Sabino, para em seguida adiantar que Santarém será a primeira representação do TCE fora de Belém, desde a sua fundação. “A inauguração do tribunal no Oeste do Estado, na cidade de Santarém, com atendimento ao cidadão e prestação de serviços, será até o final deste ano. No primeiro semestre de 2014 será a vez de Marabá”, encerrou.



*Em todos os cantos do estado do Pará*



## SERVIÇOS DISPONÍVEIS

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

ORIENTAÇÃO SOBRE PRESTAÇÕES DE CONTAS

SOLICITAÇÃO E ENTREGA DE CERTIDÕES

CONSULTA SITUAÇÃO PROCESSUAL

REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS (MULTAS E GLOSAS)

CONSULTA A PROCESSOS (MEDIANTE AGENDAMENTO)

## PROTOCOLO

RECBIMENTO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

RECBIMENTO DE RECURSOS

APRESENTAÇÃO DE DEFESA

REQUERIMENTOS DIVERSOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ  
Regional Santarém - (93) 3522-1718

Trav. Luiz Barbosa, 962 - Caranazal - Cep: 68.041-420



# Orientação pedagógica: TCE-PA promove Ciclo de Aperfeiçoamento para prefeituras

*Coordenado pela Escola de Contas Alberto Veloso, o Ciclo de Aperfeiçoamento reuniu prefeitos, secretários municipais e assessores técnicos de todas as mesorregiões do estado*



Os encontros com as prefeituras e seus representantes são realizados em parceria com o Ministério Público de Contas do Estado (MPCE-PA). O Ciclo de Aperfeiçoamento foi aprovado em plenário pela Resolução 18.119. A ideia é apostar na capacitação como ferramenta para diminuir eventuais punições



O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), em parceria com o Ministério Público de Contas do Estado (MPCE) realizaram, de 16 a 19 de janeiro de 2012, o “I Ciclo de Aperfeiçoamento”, cujo tema este ano foi “Prestação de Contas de Convênios Celebrados pela Administração Pública Estadual e as Prefeituras Municipais”. O Ciclo de Aperfeiçoamento é fruto de proposição do conselheiro Nelson Chaves (Resolução 18.119), aprovada pelos seus pares em Plenário. A coordenação do encontro coube à Escola de Contas Alberto Veloso, do TCE.

O evento aconteceu no auditório da Corte de Contas e contou com a participação de prefeitos, secretários e assessores técnicos de todas as quatro mesorregiões do estado. Baixo Amazonas e Marajó foram contempladas no primeiro dia da programação. Região Metropolitana de Belém e Sudoeste paraense, mesorregiões Nordeste e Sudeste compuseram respectivamente o restante dos quatro dias de orientação pedagógica.

Nesta primeira edição, o Ciclo de Aperfeiçoamento recebeu quinze prefeitos municipais, representantes de quarenta e oito municípios e, ainda, integrantes da Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMAT-CARAJÁS), da Associa-

ção dos Municípios da Calha Norte (AMUCAN), do Consórcio de Desenvolvimento Sócioeconômico Intermunicipal (CODESEI) e da Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

Em seu breve pronunciamento na abertura do evento, o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino, destacou um dos fundamentos mais importantes de um evento como o Ciclo de Aperfeiçoamento: que a sua realização é mais um importante passo do TCE para discutir diretamente dúvidas, necessidades e obrigações dos jurisdicionados junto à Corte.

“É por esse motivo que o Tribunal de Contas do Estado, ao se colocar acessível para qualquer esclarecimento a todos os 143 municípios do nosso estado, cumpre novamente o seu papel constitucional pedagógico, e disponibiliza alguns dos seus mais qualificados quadros para explicar didática e claramente como se deve prestar contas”, ressaltou o presidente.

“Considero este um evento de efeito altamente positivo, que proporcionou a integração absolutamente tranquila entre os municípios e instituições que recebem e utilizam os recursos públicos estaduais e o Tribunal de Contas do Estado, o órgão responsável pela verificação desses repasses”, disse o conselheiro Nelson Chaves



# Responsabilidade Social: Alunos da rede pública visitam o TCE-PA

*Inovador e pioneiro, projeto mostra as atribuições e responsabilidades do Tribunal de Contas do Estado a estudantes da rede pública de ensino*

À esquerda, estudantes fazem fila para assistir a palestra no auditório do TCE-PA. Projeto, idealizado pelo conselheiro Nelson Chaves e aprovado por unanimidade no plenário da Corte, pretende desenvolver a cultura da cidadania e o hábito da fiscalização sobre o dinheiro público de forma espontânea entre jovens e adolescentes da capital e do interior do estado



Um programa do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) começa, em fase inédita e pioneira, a incentivar a cidadania entre jovens estudantes da rede pública de ensino estadual sobre as denúncias de irregularidades das administrações públicas.

O “TCE Cidadão” pretende assegurar a esses jovens a chance de participar do controle social dos gastos públicos. A campanha prevê a distribuição de material informativo sobre o programa, e como o cidadão pode e deve participar desse controle, através das escolas públicas de ensino médio do estado e instituições superiores. Ou seja, o “TCE Cidadão” irá apresentar aos jovens, o trabalho do tribunal, explicar qual o papel desempenhado pela instituição e como, no amanhã, eles também poderão contribuir com essa fiscalização.

O autor da proposição aprovada por unanimidade em plenário (Resolução nº 18.136/12), conselheiro Nelson Chaves, explica que, a partir de mais esta iniciativa da Corte de Contas, os estudantes têm a chance de contribuir com as ações de controle externo do Tribunal. “O papel do TCE é exercer o controle externo em benefício da sociedade, orientando, acompanhando e fiscalizando a regular gestão dos recursos públicos estaduais, e desta forma, a população necessita ter o controle e, diante disso, é preciso conscientizar. E esse é o principal objetivo do programa”, relatou o conselheiro.

Ainda segundo o idealizador do programa, a estratégia do Tribunal é chegar ao maior número de escolas públicas, por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc),

e prefeituras municipais. “Através dos panfletos, os estudantes vão conhecer e saber como, onde e para quem denunciar estas possíveis irregularidades. Como vemos, por exemplo, casos de desvio de dinheiro público com a merenda escolar. Mas o nosso objetivo é que essa divulgação se estenda às ruas, bairros e as casas onde esses jovens moram, e assim teremos a propagação da informação”, ressaltou.

O TCE-PA é o órgão responsável pela fiscalização das contas do governo do Pará e dos demais 144 municípios paraenses, o que dá a dimensão da importância da participação do cidadão no trabalho de fiscalizar os recursos públicos. O material impresso traz de forma acessível e de fácil entendimento as informações sobre o papel do Tribunal, a providência de recursos públicos, os direitos básicos do cidadão, e ainda, como a sociedade pode proceder ao verificar possíveis irregularidades. Também estarão nos folders os contatos de telefone e e-mail do órgão.

#### Folder

Um dos objetivos do Programa TCE Cidadão é transmitir de forma clara, objetiva e direta como exercer o controle social. Para tanto, a instituição pública irá distribuir *in loco* na rede pública de ensino um folder explicativo com todas as informações necessárias para o pleno exercício do controle social por todos aqueles interessados numa melhor, mais eficaz e transparente aplicação dos recursos públicos do Estado.





Recuperação de recursos públicos: TCE-PA, MPCE, PGE, MPE, AGE, e SEFA assinam Termo de Cooperação

À esquerda: André Dias (corregedor do TCE-PA), Jorge de Mendonça (MPE), Antônio Maria Cavalcante (MPCE), Cipriano Sabino (Presidente do TCE-PA), Adélia Macedo (Sefa), Roberto Paulo Amoras (AGE) e Caio Trindade (PGE). Cooperação entre os órgãos vai apertar o cerco contra maus gestores dos recursos públicos estaduais e combater a impunidade



Após Sessão Plenária do dia 03 de julho de 2012, no Plenário Emílio Martins do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), depois da proposição e articulação do Ministério Público de Contas do Estado (MPCE) e do Tribunal de Contas do Estado, através, respectivamente, do procurador geral do MPCE, Antônio Maria Cavalcante e do presidente da Corte, conselheiro Cipriano Sabino, foi assinado Termo de Cooperação entre as duas instituições e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Ministério Público do Estado (MPE), a Auditoria Geral do Estado (AGE) e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

O objeto do Termo de Cooperação é a cooperação mútua entre os entes signatários no permanente exercício da competência institucional de cada qual, valendo-se dos instrumentos constitucionais e legais para a promoção do célere e eficaz ressarcimento aos cofres públicos estaduais de recursos malversados, de modo que se coíba a prática de ilícitos cíveis e/ou penais, no âmbito dos processos de competência do TCE-PA.

Ao TCE-PA cabe exercer o controle externo e julgar os processos referentes aos recursos do estado utilizados pelos seus jurisdicionados. O MPCE tem competência para cobrar aqueles recursos julgados que devem retornar ao erário estadual. Ao MPE é facultada a prerrogativa de denunciar os responsáveis sobre os quais parem indícios de ilícitos cíveis e penais. À SEFA, a responsabilidade de inscrever os devedores na dívida ativa e, à AGE,

a atuação preventiva nos departamentos de controle interno das instituições públicas estaduais.

Participaram da assinatura o presidente do TCE, Cipriano Sabino, o procurador geral do MPCE, Antônio Maria Cavalcante; representando o procurador geral do MPE, Antonio Barilleta, esteve presente o sub procurador do Parquet, Jorge de Mendonça Rocha; pela PGE, o signatário foi o procurador Geral do Estado Caio Trindade, representando a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), a secretária adjunta, Adélia Macedo e a AGE, o auditor geral do Estado Roberto Paulo Amoras. Também participaram da solenidade, os conselheiros do TCE, Luís Cunha (vice-presidente), Ivan Cunha (corregedor), Nelson Chaves, Lourdes Lima e André Dias, e as procuradoras do MPCE, Maria Helena Loureiro, Iracema Braga e Rosa Egídia Crispino.

Durante o evento o presidente da Corte de Contas, Cipriano Sabino também resumiu o momento de grande alegria e entusiasmo. "Nossa expectativa é a devolução do recurso público para os cofres do Estado. Hoje em dia a sociedade não aceita mais a impunidade para os gestores públicos, e com isso, essa ação reuni todos esses órgãos com a finalidade de fiscalizar e punir os administradores que não souberam aplicar corretamente o dinheiro público, e fazer com que esse gasto seja colocado para benefícios da sociedade em geral. Estou imensamente feliz com essa assinatura e empenho das entidades", ressaltou o conselheiro.





Em seu pronunciamento, o procurador geral do MPCE, Antônio Maria Cavalcante ressaltou a importância e necessidade dessa assinatura. “Esse é um momento histórico para o Estado do Pará, onde esse conjunto de órgãos irá realizar uma força-tarefa, para combater a impunidade nas administrações públicas, e devolver aos cofres públicos, o dinheiro, que poderá ser aplicado nas construções de hospitais, escolas, melhoria na saúde, transporte. Ou seja queremos fazer com que a sociedade conquiste mais benefícios”, salientou o procurador.

“É uma ação que possui uma tamanha importância para o Estado. A sociedade irá colher os resultados desse termo. Fiquei honroso pela iniciativa, daqui pra frente, os gestores que precisarem ser punidos, irão acarretar algum tipo de penalidade prevista em lei. Será um trabalho árduo, mas com grande significado”, resumiu o sub procurador geral de Justiça, Jorge Mendonça da Rocha.

O conselheiro André Dias também demonstrou entusiasmo com o Termo de Cooperação e falou no plenário das consequên-

cias positivas que a assinatura resultará. “Estes mais de quinze milhões de reais aptos para execução que estão sendo encaminhados à Procuradoria Geral do Estado para execução e cobrança podem ser transformados em mil casas residenciais que podem ser construídas para a população. Esse convênio irá possibilitar o retorno do dinheiro mal aplicado por gestores públicos podendo, em seguida, serem reaplicados pelo Estado na melhoria de vida nas comunidades, e em investimentos nas áreas de saúde, moradia, educação. O Tribunal e o Ministério Público de Contas, além dos outros órgãos envolvidos nesse processo estão de parabéns. E os gestores que também achavam que não seriam punidos pela lei, irão se sentir ameaçados”, disse o conselheiro.

“Quero parabenizar especialmente o presidente Cipriano Sabino e o procurador Antônio Maria Cavalcante. Estou feliz com a assinatura desse instrumento, estou há 10 anos na área fiscal, e com certeza com este empenho dos órgãos envolvidos, o resultado será de positivos frutos para o Estado do Pará”, comentou o procurador geral do Estado, Caio Trindade.





# TCE cumpre lei e divulga os salários dos servidores

## TRANSPARÊNCIA

Tribunal foi a primeira instituição no Estado a publicar a lista em seu site

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) publicou no site do órgão a lista completa de servidores (ativos e inativos) com suas respectivas remunerações. O Tribunal foi a primeira instituição pública na esfera estadual a publicar a lista. As informações podem ser acessadas no site do TCE, no endereço [www.tce.pa.gov.br](http://www.tce.pa.gov.br). Para consultar a lista, basta clicar no ícone Portal da Transparência, ir até "consulta" e "remuneração de pessoal". Em seguida, o site disponibiliza ano, mês e nomes de servidores ativos e inativos.

Além de publicar a relação dos salários de todos os servi-

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ		
COMPROVANTE DE PAGAMENTO		
Matrícula 0100673	Nome do Servidor CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JR	
C.P.F. 16617134249	Doc. Identidade 3443738	Pasep 10808538753
Codigo / Cargo 4 CONSELHEIRO		
Função PRESIDENTE		
Lotação GABINETE DA PRESIDENCIA		
Banco 001 BANCO DO BRASIL S/A	Agência 3024-4	Conta Corrente 20539-7
Situação Funcional MAGISTRADOS		
Nr Dep I.R. - A.T.S. (%) 3 30		Mes / Ano JUN / 2012
Rubrica	Descrição	Valores(R\$)
P011	SUBSIDIO	26.117,00
P013	REPRESENTACAO	1.500,00
D098	REDUTOR CONSTITUCION/EC 41/03)	4.500,00
D077	IMPOSTO DE RENDA (27,5%)	4.500,00
D025	FINANPREV CONTRIBUICAO (11%)	2.892,00
D019	ASTCEMP-MENSALIDADE	30,00
D012	ASTCEMP-UNIMED BELEM	1.000,00

## Acesso à informação dos órgãos públicos está previsto na Constituição

que a Lei de Acesso à Informação é fundamentada pela própria Constituição Federal de 88 e pela Lei da Transparência. Segundo Cipriano Sabino, os artigos 5º e 216 da Constituição respaldam a sociedade para o pleno exercício do controle social, e determinam à administração pública providências para franquear suas respectivas consultas a quantos delas necessitem. O presidente lembra que o texto constitucional prevê o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral. "As informações devem ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas

# Lei de Acesso à Informação: TCE-PA publica remunerações de servidores

A primeira instituição pública estadual a publicar no seu site a lista completa de servidores ativos e inativos, com suas respectivas remunerações, foi o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA). A corte disponibiliza desde o dia 24 de julho de 2012, as remunerações do seu quadro de servidores sendo observados graus e prazos de sigilos, conforme determina o Decreto 7.724/12, responsável por regulamentar a Lei 12.527/11, também conhecida como Lei de Acesso à Informação.

O presidente da Corte, conselheiro Cipriano Sabino fez mais: disponibilizou para a sociedade através da imprensa o seu contracheque, referente ao mês de junho último. A iniciativa do TCE-PA confere à instituição a dianteira entre as esferas de poder no âmbito do Estado no cumprimento das exigências previstas na lei.

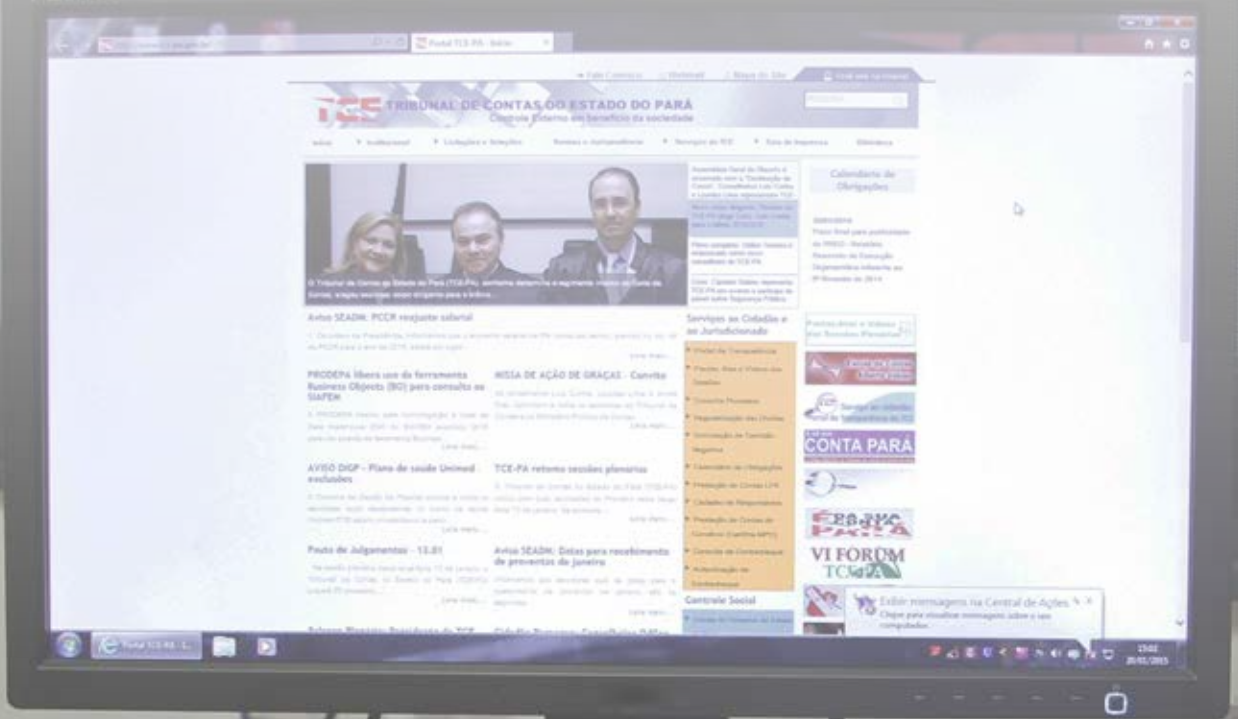
## Transparência ativa

O artigo sétimo do Decreto 7.724/12 é claro quando determina ser dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sites na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos artigos sétimo e oitavo da Lei 12.527/11.

Em seu inciso sexto do referido do artigo, o decreto acrescenta: "remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada".

O presidente do TCE destaca que a Constituição Federal e a Lei da Transparência fundamentam a Lei de Acesso à Informação. Segundo Cipriano Sabino, os artigos 5º (inciso XXXIII) e 216 da Constituição respaldam à sociedade para o pleno exercício do controle social, e determinam à administração pública providências para franquear suas respectivas consultas a quantos delas necessitem.

"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado", prevê o texto constitucional, afirma Sabino. Ainda segundo ele, já no artigo 216, a Constituição esclarece que: "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem".



**ACESSE O PORTAL DO TCE E EXERÇA O  
CONTROLE SOCIAL**  
**[www.tce.pa.gov.br](http://www.tce.pa.gov.br)**



## SERVIÇOS

- TRANSMISSÃO DAS SESSÕES
- CONSULTA DE PROCESSOS
- PAUTAS E ATAS
- SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA
- CONTAS IRREGULARES
- REGULARIZAÇÃO DAS DÍVIDAS
- FALE CONOSCO

## ACESSE TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS



@TCEPA



@TCEPADIGITAL



/TCEPADIGITAL



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**  
**[www.tce.pa.gov.br](http://www.tce.pa.gov.br)**





Obras do estado  
paralisadas: TCE-PA aponta  
que 648 projetos de obras  
estão inacabados pelo Pará

Obras na área de urbanismo, que incluem a construção de moradias para famílias de baixa renda e a pavimentação de vias, estão entre as mais recorrentes, segundo relatório do TCE-PA. Transporte, desporto e lazer, saúde e saneamento completam a lista das áreas mais prejudicadas. Prejuízo aos cofres públicos estaduais com obras paradas ultrapassa 1 bilhão de reais, de acordo com a Corte de Contas paraense



Um levantamento inédito realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará para acompanhar o uso correto da aplicação do dinheiro público, apontou que, em 2012, 648 obras, em diversos municípios do estado, estavam paradas. Segundo o relatório apresentado pelo TCE o prejuízo chegava a mais de 1 bilhão de reais, nos projetos de obras do governo estadual, iniciados entre 2005 e 2011.

As informações contidas no relatório foram prestadas pelas secretarias do estado. Dos 21 órgãos procurados pela Corte de Contas, apenas 7 não atenderam à notificação. Apenas a Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças, (Sepof) informou que possui 549 obras paralisadas. Já a Secretaria de Obras Públicas (Seop) indicou ter 39 não-concluídas, e em seguida, a Secretaria de Transportes (Setran) totalizou 31 paralisações, além de outros órgãos do Estado citados no documento do Tribunal.

Segundo o relatório do TCE as principais áreas afetadas com a paralisação, são as obras de urbanismo ( R\$ 667,4 milhões); transporte ( R\$ 224,2 milhões); desporto e lazer (24 milhões); saúde (23,2 milhões) e saneamento (10,9 milhões).

“Entendemos que estas obras paradas representam um grande prejuízo aos cofres públicos, mas principalmente, à população que esperava receber aquela obra, para ganhar benefícios. Ter alguma melhora na qualidade de vida. O nosso objetivo não é atingir o governo A, B ou C, e sim alertar o governador sobre este problema, para que ele possa tomar as providências necessárias”, explicou o conselheiro presidente, Cipriano Sabino.

### **Imprensa**

Com a divulgação de dados apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado sobre obras paradas pela capital e interior do Estado, a imprensa local repercutiu o assunto. Jornais e emissoras de televisão ressaltaram os números das obras paralisadas, com recurso do governo estadual, que estão contidas no relatório do TCE-PA. O conselheiro presidente concedeu entrevista à emissoras de Belém e explicou a importância de fiscalizar a correta aplicação do uso do recurso público.





# TCE-PA recebe novos auditores depois de 40 anos

*Ações de fiscalização ganham força com novos empossados*

À esquerda, conselheiro André Dias, Odilon Inácio Teixeira, conselheiro Luís Cunha, Patrícia Sarmento dos Santos, conselheiro presidente Cipriano Sabino, Milene Dias da Cunha, conselheiro Nelson Chaves, Julival Silva Rocha e conselheira Lourdes Lima. Concurso Público para novos auditores não era realizado há 40 anos no TCE-PA



Após a sessão plenária de 28 de agosto de 2012, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) empossou, no cargo de auditor, os quatro primeiros colocados no concurso público realizado pela corte depois de um hiato de mais de quarenta anos sem promover certame para o cargo.

Durante a solenidade, o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino, deu as boas vindas aos novos servidores Patrícia Sarmento dos Santos, Odilon Inácio Teixeira, Milene Dias da Cunha e Julival Silva Rocha. Coube a Sabino presidir a cerimônia. Também estiveram presentes o vice-presidente da Corte, conselheiro Luis Cunha e os conselheiros, Nelson Chaves, Lourdes Lima e André Dias.

“Após 40 anos sem realizar concurso para ingresso de novos auditores, hoje estamos empossando esses quatro novos profissionais públicos e cumprindo com o que a Constituição do Estado determina. Ou seja, o TCE está assegurando que todas as normas e exigências sejam realizadas. Ficamos felizes e motivados com a chegada dos novos auditores, e esperamos, que eles contribuam significativamente com a missão do tribunal”, ressaltou o conselheiro Cipriano Sabino.

O procurador geral do Ministério Público de Contas do Estado (MPCE), Antônio Maria Filgueiras Cavalcante também participou da cerimônia, e saudou os auditores em nome do Parquet ministerial. “São novas ideias e maneiras de pensar. É um momento histórico e de renovação para o TCE. A Corte de Contas está passando por uma fase de transformação, onde a transparência é a busca por orientar os jurisdicionados. O Ministério Público de Contas também está na fase de inscrição do concurso público, que irá aprovar novos procuradores até janeiro de 2013”, salientou o procurador geral do MPCE.

Pelo TCE, o conselheiro André Dias foi o responsável pela saudação aos concursados. Após dar-lhes as boas vindas, o conselheiro falou sobre as ações do Tribunal. “Essa posse é fruto de muitas ações, por mais de 40 anos não existia concurso para novos auditores. É muito importante observarmos este vento de transformações que estamos inseridos. Não é possível construirmos este momento sem a participação dos servidores, e hoje, os senhores estão convidados a virem conosco e fazer parte da nova história do Estado do Pará”, concluiu André Dias.





*“Após 40 anos sem realizar concurso para ingresso de novos auditores, estamos empossando estes quatro novos profissionais públicos e cumprindo com o que a Constituição do Estado determina. Ficamos felizes e motivados com a chegada dos novos auditores e esperamos que eles contribuam significativamente com a missão do Tribunal”, conselheiro Cipriano Sabino.*

Em seu discurso em nome dos aprovados, a nova auditora Patrícia Sarmiento resumiu a felicidade pela posse e falou da expectativa na nova trajetória. “ Desde janeiro de 2012, quando começamos a batalha, viemos acompanhando as transformações que o TCE-PA está passando, com a nova Lei Orgânica, os eventos de interiorização, e isso nos deixa honrados de estarmos aqui. Deixamos nossos estados para trás, mas na certeza e com entusiasmo de cumprir a constituição e as leis da República e do Estado”, resumiu Patrícia.

Para encerrar a solenidade, o presidente do TCE, destacou que os novos auditores sejam felizes e cumpram suas atribuições, no Tribunal de Contas do Estado do Pará. Ao final da solenidade, o coral do TCE apresentou três peças, sob regência do maestro Jeremias Progênio.

#### **Concurso**

Após 40 anos e conforme o artigo 120 da Constituição do Estado do Pará, o TCE-PA realizou entre os dias 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 2012, o concurso público para ingressos de novos auditores, com a participação de 1.274 candidatos.

O certame ofertou quatro vagas, sendo uma para pessoa portada de deficiência física, e que foram ocupadas por Patricia Sarmiento dos Santos, Odilon Inácio Texeira, Milene Dias da Cunha e Julival Silva Rocha.







# Mais um concurso: TCE-PA empossa novos servidores

*Vinte profissionais aprovados no Concurso Público realizado em 2012 foram empossados*

À esquerda: novos servidores empossados posam para foto ao lado do conselheiro Cipriano Sabino, presidente do TCE-PA, e dos conselheiros Luís Cunha, Nelson Chaves, Lourdes Lima e André Dias depois de terem assistido a primeira sessão da Corte de Contas paraense. Ambientação com os espaços do TCE-PA também contou com palestras e visitas técnicas coordenadas pela Escola de Contas Alberto Veloso



Vinte novos servidores aprovados no último concurso realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), em agosto de 2012, foram empossados no dia 05 de novembro de 2012, no Plenário Conselheiro Emílio Martins.

A cerimônia foi conduzida pela diretora em exercício de administração, Ana Maria Garcia. Também estiveram presentes a diretora do Recursos Humanos, Elieida Pessoa e a coordenadora da Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), Mariúcia Lacerda.

Durante a solenidade os concursados receberam boas-vindas em nome do presidente, conselheiro Cipriano Sabino, e assinaram os termos de posse. “Estamos muito felizes de estar aqui. A caminhada foi longa, com esforços, dedicações e muito estudo. A partir de agora, a expectativa é trabalhar bastante, cumprir o papel do TCE de fiscalização das contas públicas e contribuir no controle externo e com a boa gestão do dinheiro público”, falou o servidor Thiago Cunha, bacharel em Direito, aprovado para o cargo de analista de controle externo.

“Desde 1993 não existia concurso público para provimentos destes cargos de pessoal. Mas esse ano foi realizado com sucesso. Hoje é um momento muito importante. Esperamos que os novos servidores ajudem na construção de um TCE que sonhamos e que a sociedade necessita”, resumi a diretora do DRH, Elyda Pessoa.

Ainda na cerimônia a coordenadora da ECAV, Mariúcia Lacerda, apresentou o Programa de Ambientação para os Novos Servidores, que acontece pela primeira vez na chegada de novos profissionais ao Tribunal. Durante três meses serão oferecidas palestras, orientações e visitas a departamentos do órgão.

“O programa conta com um grande calendário de atividades

e tem como principal objetivo apresentar aos novos servidores a estrutura organizacional, o funcionamento, a missão, a visão e as diretrizes estratégicas do Tribunal, assim como o conhecimento dos objetivos específicos relacionados aos contextos de trabalho”, ressaltou Mariúcia.

### Visita

Após a posse, os vinte novos servidores, divididos em três equipes, puderam conhecer alguns departamentos do Tribunal de Contas do Estado. A visita faz parte do conteúdo das atividades do Programa de Ambientação, realizado pela ECAV. Na terça-feira 06, os servidores irão participar da sessão plenária do TCE. A programação segue até fevereiro de 2013.

### Novos servidores assistem primeira sessão plenária

Como parte integrante do Programa de Ambientação dos Novos Servidores, coordenado pela Escola de Contas Alberto Veloso, os novos servidores aprovados no concurso público realizado pelo TCE-PA, em agosto de 2012, participaram pela primeira vez de uma sessão plenária do Tribunal. Os vinte concursados que tomaram posse assistiram as decisões do Pleno e foram parabenizados pelo presidente da corte, conselheiro Cipriano Sabino e pelos conselheiros Luis Cunha (vice-presidente), Nelson Chaves, Lourdes Lima e André Dias.

“Fico feliz pela chegada dos novos servidores, pois todos serão importantes para o trabalho do TCE, pois vêm com novas ideias. Parabenizo pelo esforço e vitória de cada um”, resumi o presidente.





# TCE-PA aprova reforma do Regimento Interno

*Documento elaborado com a participação de servidores do Tribunal de Contas do Estado e consultores externos foi aprovado por unanimidade em plenário*

A sessão extraordinária do dia 17 de dezembro de 2012, no Tribunal de Contas do estado do Pará (TCE-PA), foi marcada pelo debate em face da apreciação do projeto de Ato Reforma do regimento Interno do TCE.

A equipe técnica responsável pelo projeto de reforma foi composta por Zeno Veloso, jurista e professor, Milena Cunha, auditora, Diego Carmona, assessor da presidência, Jorge Batista Jr., assessor técnico de plenário, Reinaldo Valino, diretor de controle externo (DCE), Alberto Vieira, coordenador de Planejamento, Jorge Xerfan, da Consultoria Jurídica (CONJUR), Leônidas Gonçalves, servidor do

PROMOEX, Luiz Gonzaga, coordenador de Controle Interno (DCI) e Carlos Lauzid diretor do Departamento de Informática (DI).

A reforma do Regimento Interno foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Após a aprovação, o conselheiro Cipriano Sabino, relator, manifestou-se agradecendo: "É com muita alegria e satisfação que apresento a vocês o projeto de reforma do Regimento Interno, reconhecendo que sem a colaboração de todos os conselheiros não seria possível realizar esta reforma, que é muito importante para as ações que o TCE realiza em sua missão constitucional", ressaltou o presidente.



# Controle Externo do TCE-PA: Reestruturação e Mudanças

As mudanças ocorridas no Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará nos últimos anos atendem às demandas surgidas no contexto de uma sociedade que passou a cobrar mais, a exigir mais do poder público no sentido de saber como os recursos oriundos dos impostos estão sendo gastos.

Isso implica afirmar que não basta mais ao Controle Externo de um Tribunal de Contas simplesmente cobrar papéis, documentos comprobatórios, como notas fiscais ou relatórios de conclusão de obras para atestar a regularidade na aplicação das verbas. A fiscalização tempestiva das ações e o rigor em constatar o mau uso do dinheiro, de modo a corrigir os erros para evitar maior prejuízo aos cofres públicos, superam em importância e princípio a mera conformidade.

Em relação às mudanças no Controle Externo do TCE-PA e que afetaram direta e indiretamente as atividades da Secretaria de Controle Externo (SECEX), alguns itens podem ser listados para explicá-las, tais como a atualização da Lei Orgânica e Regimento Interno, a chegada de novos servidores via concurso público, e a aprovação de muitas resoluções relacionadas a procedimentos internos e externos (jurisdicionados).

No entanto, é preciso enfatizar, dentre as realizações ocorridas neste período, a reestruturação do Departamento de Controle Externo, que ocorreu em 2103. Isso fez com que fosse atendido um grande e antigo anseio dos servidores que atuam na fiscalização, que passaram a atuar fiscalizando os órgãos e entidades que compõem as políticas públicas ou áreas de gestão, o que permitiu ter uma visão geral da gestão pública por função de governo. Tratou-se de um trabalho longo e árduo para se chegar à melhor estrutura de atuação para a SECEX, consolidando assim os ajustes necessários para algumas distorções existentes.

Na avaliação do secretário de Controle Externo, Reinaldo Valino, outro fato importante na gestão do presidente Cipriano Sabino foi a SECEX ficar à frente de todo o processo que gerou na parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - (BID). "O TCE-PA teve o reconhecimento de uma instituição internacional como o BID, quando, após avaliação feita pelo banco nos métodos de trabalho da Corte, credenciou o TCE-PA - por meio da assinatura entre as duas instituições do Termo de Protocolo de Entendimento - como auditor independente nas auditorias dos projetos financiados pelo banco, no Estado do Pará, finalizou Valino."



Carlos Borges

# BIÊNIO







2013-2014





# Segunda edição do Ciclo de Aperfeiçoamento: TCE-PA reúne prefeitos no Hangar

*Evento reuniu gestores municipais das 12 regiões de integração do estado*

À esquerda: o Procurador Geral do MPCE, Antônio Maria Cavalcante; e os conselheiros Cipriano Sabino, Nelson Chaves, Luis Cunha e Lourdes Lima. Evento realizado no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia reuniu cerca de 300 participantes entre gestores, técnicos administrativos e prefeitos de várias cidades do Pará



Improbidade administrativa, transição de governo, prestações e tomadas de contas, entre outros temas relativos à gestão pública municipal e a celebração de convênios e contratos com o governo estadual fizeram parte da programação da segunda edição do Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública. Evento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), direcionado para prefeitos, gestores e demais servidores e técnicos da administração pública municipal de todo o Estado do Pará.

O evento, realizado em março de 2013, reuniu mais de trezentos participantes no do Hangar - Feiras e Convenções da Amazônia, superando as expectativas dos organizadores e trazendo à capital paraense representantes dos quatro cantos do estado. Entre os presentes, cinquenta e oito prefeitos participaram do evento, cujo principal objetivo, de acordo com o presidente do TCE-PA é “capacitar, informar e orientar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais”.

A coordenação dividiu os participantes das 12 regiões de integração do estado em dois grupos.

Na abertura, o presidente conselheiro Cipriano Sabino falou sobre a importância da realização de eventos desses gêneros. “É mais uma iniciativa de grande relevância. O Tribunal está cumprin-

do seu papel constitucional, através de um trabalho preventivo e de orientação aos nossos jurisdicionados. Ou seja, esse Ciclo de Aperfeiçoamento vem reunindo vários gestores municipais, para que haja uma melhor aplicação do recurso público estadual”.

“Essa é uma oportunidade muito grande para nós gestores, pois muitas vezes, o erro na prestação de contas ocorre pela falta de informação e orientação dos órgãos responsáveis. A expectativa é boa, pelo fato de termos a chance de aprimorar nosso conhecimento sobre como utilizar o dinheiro público”, disse o prefeito de Paragominas, Paulo Tocantins.

Idealizador do evento, o conselheiro Nelson Chaves, também ressaltou em seu discurso a satisfação de participar do encontro. “É uma alegria enorme ver esse auditório lotado. Um sonho pequeno, mas que com o apoio fundamental dos meus colegas, foi transformado em uma grande realidade”.

Chaves completou sua fala dizendo que o objetivo precisa ser o mesmo para todos que lidam com o recurso público. “Esse evento é a chance de aprender tudo o que seja necessário, para que o dinheiro seja empregado corretamente. Ou seja, em favor da sociedade do Estado do Pará”, finalizou.





# TCE-PA realiza auditorias operacionais em parceria com TCU

*Acordo inédito assinado em Brasília é voltado para fiscalizações específicas nas áreas de Educação e Meio Ambiente, em todo o território paraense*

Estudantes da comunidade ribeirinha da Vila de Anã, no Rio Arapiuns, que compõe a Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, recebem integrantes do TCE-PA e do Tribunal de Contas da União (TCU). A convite do ICMBio, membros dessas duas instituições visitaram a Floresta Nacional do Tapajós, em Santarém, no Oeste do Pará, um dos alvos da auditoria operacional



No mês de março de 2013, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA) e o Tribunal de Contas da União (TCU), assinaram em Brasília um acordo de cooperação técnica cujo objeto é a realização de auditorias operacionais nas áreas de Educação e Meio Ambiente no Estado do Pará.

Como forma de iniciar os trabalhos e trocas de experiências entre as duas Cortes de Contas, equipes de técnicos e autoridades do TCU e do TCE-PA visitaram, a convite do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as unidades de conservação Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

Esta é a primeira vez na história dos Tribunais de Contas brasileiros que será realizada uma auditoria coordenada entre as esferas federal e estadual. Nesta visita inédita, estiveram presentes o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, o ministro substituto Weder de Oliveira (relator da auditoria em curso),

o presidente do TCE-PA, conselheiro Cipriano Sabino, a conselheira Lourdes Lima, que será a relatora do processo no âmbito estadual, o presidente do ICMBio, Roberto Vizentin, além de auditores federais e técnicos do TCU e do TCE-PA.

Para o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, “a Amazônia é a maior riqueza deste planeta”. Ele frisou o papel do TCU em fiscalizar os recursos públicos federais. Para ele o órgão funciona como “os olhos da população brasileira para saber se o dinheiro está sendo bem aplicado”. Ele afirmou ainda que “é preciso ver boas práticas para induzir um grande movimento pelo Brasil, transformando a Amazônia em um padrão nacional de preservação de floresta”.

O presidente do TCE-PA, conselheiro Cipriano Sabino, afirmou que cada região tem a sua peculiaridade e com isso a auditoria operacional vai ajudar a gerenciar melhor cada região, conforme a sua necessidade.





Um dos maiores eventos do gênero

# VI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados

O Fórum TCE e Jurisdicionados, realizado desde 2008, submetido ao rigoroso teste do tempo, foi aceito, compreendido e aprovado pela sociedade, como revela a presença de milhares de participantes em seis edições.

Aliás, ressalte-se que de acordo com algumas autoridades convidadas, inclusive de outros estados, o fórum do TCE já é considerado o maior evento do gênero no Brasil.

Nestes três anos de gestão, foram realizados três fóruns, todos com um ponto em comum, que é o contínuo e progressivo exercício do diálogo com a sociedade, cujo propósito é que, pela conjunção do controle social e do controle externo, cada centavo pago em impostos seja rigorosamente usado em obras públicas de qualidade para atender as necessidades de todos os paraenses.

Assim, o Tribunal de Contas, com eventos da natureza do Fórum TCE e Jurisdicionados, afirma-se como uma instituição que exerce o controle externo em benefício da sociedade através do diálogo, de forma pedagógica e em sintonia com as demandas sociais que exigem uma constante e contínua busca pela excelência nas funções constitucionais do órgão.









# TCE Cidadão chega às escolas públicas

*Meta do projeto pioneiro e inovador criado pelo TCE-PA, em 2012, passa a ser as escolas do interior do estado e da Região Metropolitana de Belém*

À esquerda, conselheiro Nelson Chaves, idealizador do TCE Cidadão, discursa durante evento voltado para professores e gestores da rede pública estadual. Abaixo, alunos da Escola Estadual Ruy Paranatinga Barata participam de palestras e ações educacionais relacionadas às atividades e atribuições do Tribunal de Contas do Estado



O projeto TCE Cidadão é considerado pioneiro no Brasil, e tem como principal objetivo levar às escolas públicas o papel desempenhado pelo TCE-PA e a busca pela formação de cidadãos desde a adolescência. Fruto da proposição do conselheiro Nelson Chaves, e aprovado em plenário através da Resolução nº 18.136/12, o TCE – Cidadão, desde sua primeira apresentação em agosto de 2013 na Escola Estadual Ruy Paranatinga Barata, já foi apresentado a 46 escolas, abrangendo 679 alunos e 71 profissionais de educação, entre diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

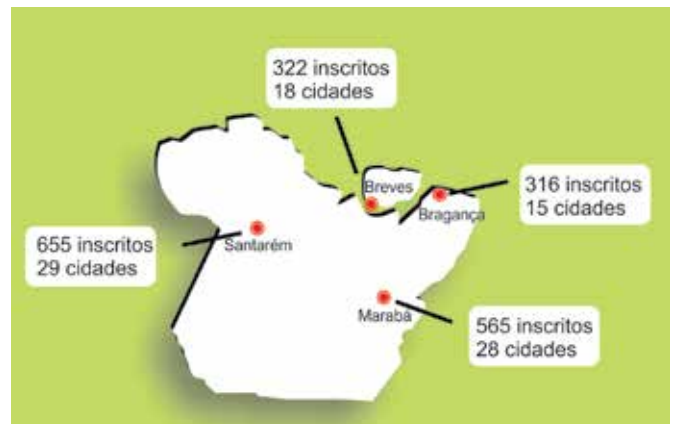
Considerando que o universo de alunos hoje no estado se situa entre 700 e 800 mil alunos, ainda há muito caminho a ser percorrido no sentido de conscientizar essa juventude sobre o que significa controle externo e controle social. Porém, a justificativa para a existência do projeto é tão profunda e essencial para a

construção da cidadania que um dos palestrantes do VI Fórum TCE e Jurisdicionados, professor e jurista Jorge Ulisses Jacoby publicou o artigo “Tribunal de Contas do Pará leva noções de controle e cidadania para sala de aula do estado”, no seu site ([www.jacoby.pro.br](http://www.jacoby.pro.br)), elogiando o projeto do TCE..

Tal repercussão revela o quanto o TCE Cidadão, apoiado integralmente por todos os conselheiros do TCE, sob a presidência de Cipriano Sabino de Oliveira Jr., define-se de altíssimo interesse social por entender que somente a educação pode efetivamente construir uma consciência de cidadania equilibrada entre direitos e deveres.

O projeto prossegue em 2014, tanto nas escolas públicas da capital, passando também a ser apresentado às escolas do interior do estado.





## Programa de Interiorização

# Evento em Breves encerra 1ª etapa com sucesso

A primeira etapa do Programa de Interiorização Conversando com o Controle Interno e Jurisdicionados foi encerrada com sucesso absoluto na cidade de Breves, no Marajó. Foram três dias de intenso diálogo e interação entre o TCE e os 259 participantes, entre eles 7 prefeitos, 1 vice-prefeito, 27 vereadores, gestores de órgãos municipais, além de presidentes de entidades não-governamentais e estudantes, oriundos de 9 municípios da região.

Desde o ano de 2011, quando foi realizado em Bragança o primeiro Programa de Interiorização, até este ano, com a edição em Breves, na ilha de Marajó, passando ainda por Santarém e Marabá, foram 1.930 jurisdicionados de 90 cidades do Pará, sob a influência dos municípios polo, os participantes dessa primeira etapa de treinamento e orientação. Em 2014 inicia a segunda etapa do programa. Redenção, no Sul do Pará, será o próximo destino.



# Qualidade do controle: representantes da ATRICON fazem visita ao TCE-PA

No dia 16 de setembro de 2013, o presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), conselheiro Luís Cunha, recebeu em audiência, os conselheiros Carlos Ranna, presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES) e Fernando Catão (TCE-PB). Ambos estavam acompanhados dos servidores Alan Pimenta, (TCE-MT) e Stalin da Costa (TCE-PB), e compõem o Comitê Gestor de avaliação de qualidade e agilidade do controle da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

A audiência fez parte da visita técnica previamente agendada para fins de aferição dos itens e critérios de qualidade e agilidade do controle externo no âmbito do TCE-PA. A atividade foi desenvolvida com observância nos parâmetros estabelecidos no Regulamento 01/2013 da Atricon, o qual recebeu a adesão deste TCE-PA.

De acordo com o conselheiro Carlos Ranna, também constituíram objetivos da aferição, a garantia de uma maior efetividade para a sociedade dos Tribunais de Contas, o reforço de boas práticas e, sobretudo, a harmonização de conceitos para que os tribunais possam trabalhar melhor. "A sociedade precisa ter consciência de que

grandes temas nacionais tenham o mesmo enfrentamento, seja aqui no Pará, no Rio Grande do Sul ou no Espírito Santo", destacou Ranna.

Quanto às impressões sobre a visita técnica ao TCE-PA, o conselheiro Carlos Ranna disse que ao fim de tudo que havia visto, tinha gostado muito, e que a Corte paraense estava de parabéns, tendo demonstrado, através dos seus conselheiros e servidores, uma reconstrução com foco para o resultado, o social, deixando claro, principalmente, a união entre conselheiros e área técnica para que o controle externo possa ser mais efetivo, mais voltado para os reais interesses da sociedade.

Os conselheiros André Dias, Lourdes Lima e Ivan Cunha; os servidores Elyêda Pessoa, Alberto Vieira, Reinaldo Valino, Carlos Lauzid, Luiz Roberto Reis, Marta Bembom, José Tuffi, Mariúcia Lacerda, Ana Maria Garcia, Diego Carmona e Antonio Remigio também participaram da reunião. Após o término, os conselheiros visitaram a Procuradoria Jurídica, os departamentos de Informática e Controle Externo, Secretaria, Centro de Memória, Biblioteca e, por último, o Plenário Conselheiro Emílio Martins.





# BID aprova práticas de auditoria do TCE-PA

A parceria entre o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nasceu como fruto do envio de um ofício do presidente do TCE-PA, conselheiro Cipriano Sabino em agosto de 2013 ao banco, manifestando o interesse em auditar as obras estaduais que venham a ser financiadas pelo BID. Ressalte-se que o Pará recebeu autorização do Senado Federal para financiar a educação básica utilizando mais de 200 milhões de dólares daquele banco.

Como resposta, o BID trouxe a Belém o técnico Túlio Corrêa, que durante uma semana coletou dados do Tribunal para subsidiar o enquadramento da corte no subsistema de controle externo do banco, tendo iniciado aí um protocolo de entendimento entre o TCE e o BID.

O próximo passo da parceria foi a viagem a Brasília, em novembro, dos conselheiros Cipriano Sabino e Ivan Cunha, a convite do BID e do TCU, para participar do evento "Fortalecendo Parcerias na Auditoria de Projetos e Programas Financiados pelo BID".

O último passo do acordo foi dado em dezembro deste ano, também em Brasília, quando TCE e BID finalmente assinaram o protocolo de entendimentos que habilita a instituição paraense a realizar auditorias nos contratos de empréstimos e convênios de cooperação técnica, celebrados entre o BID e o Estado do Pará, ou entidades por ele controladas.



# TCE-PA assina protocolo com o BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) assinaram protocolo de entendimentos que habilita a instituição paraense a realizar auditorias nos contratos de empréstimos e convênios de cooperação técnica, celebrados entre o BID e o Estado do Pará, ou entidades por ele controladas.

Os protocolos definem os compromissos das instituições no sentido de fortalecer as práticas de auditoria relacionadas aos padrões exigidos pelo banco. A representante do BID no Brasil, Daniela Carrera-Marquis, considera que estas parcerias ajudam a enfrentar os desafios de fortalecimento dos sistemas nacionais de auditoria.

“As parcerias entre o banco e os tribunais constituem uma atividade muito importante que agrega valor ao processo de supervisão fiduciária de nossos projetos, oferecendo uma grande contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país”.

Segundo o presidente do TCE-PA, conselheiro Cipriano Sabino, “os esforços conjuntos são para que os investimentos alcancem seus objetivos, e dessa forma consigamos os melhores serviços aos cidadãos paraenses, com transparência e efetividade das duas instituições”.

Pelo acordo, os tribunais se comprometem a seguir as normas de auditoria estabelecidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), além de manter profissionais capacitados para o acompanhamento dos projetos financiados por organismos multilaterais e colaboradores em geral.





# Presidente participa de Seminário no TCU e assina parceria em auditoria coordenada na área da Saúde

*Parceria entre os Tribunais de Contas do país resultará na elaboração de relatórios independentes que vão avaliar a oferta de saúde básica no Brasil*

À esquerda, conselheiro Cipriano Sabino, presidente do TCE-PA, ao lado do conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco e presidente da Atricon, Valdecir Pascoal. Cooperação entre as esferas federal e estadual foi um dos temas mais debatidos no evento realizado em Brasília, sob a coordenação do Tribunal de Contas da União



Atendendo ao convite do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheiro Cipriano Sabino, esteve no dia 25 de março de 2013, na sede da instituição, em Brasília para participar do Seminário Cooperação Internacional e os Tribunais de Contas Brasileiros.

O evento reuniu presidentes e conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, e teve como objetivo apresentar iniciativas de cooperação no cenário global e regional e discutir como a aplicação dessas ações podem ser articuladas com as instituições multilaterais de financiamento. Os possíveis ganhos de coordenação, tendo em vista projetos futuros, também foram debatidos no evento.

Durante a programação, coube ao presidente da Atricon, conselheiro Valdecir Pascoal (TCE-PE), a tarefa de falar sobre a experiência da associação no projeto “Qualidade e Agilidade”. O novo presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Sebastião Helvécio (TCE-MG) falou sobre “implementação de normas de auditoria e o papel do IRB”.

A programação também incluiu a discussão de temas como a realização de auditorias coordenadas, a iniciativa para implemen-

tação de normas internacionais de auditoria, o marco de avaliação de desempenho das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) e a ferramenta IntoSAINT – instrumento de autoavaliação das EFS.

#### **TCU e TCE-PA assinam auditoria coordenada em saúde**

Na parte final da programação do seminário o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, chamou os representantes dos Tribunais de Contas parceiros para assinarem a participação na auditoria coordenada em saúde, nova ação conjunta entre os tribunais.

O presidente do TCE-PA, conselheiro Cipriano Sabino, foi signatário do termo de cooperação técnica para a realização de auditoria coordenada em saúde, cujo objetivo será avaliar a qualidade da prestação de serviços de atenção básica à saúde. O acordo foi firmado entre o TCU, a Atricon, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e os Tribunais de Contas.

A auditoria será realizada nacionalmente, com relatórios independentes, a partir de um planejamento conjunto entre as entidades. O TCU avaliará a atuação do Ministério da Saúde, enquanto os TCs e TCMs examinarão as secretarias estaduais e municipais de saúde, respectivamente.





*“O TCE-PA se associa ao Tribunal de Contas da União, à Atricon, ao IRB e aos demais tribunais nesta e em outras ações que visem contribuir para a melhoria dos serviços públicos essenciais. Essas garantias estão previstas no texto constitucional e é nosso dever trabalhar para os seus respectivos cumprimentos, uma vez que os recursos públicos são oriundos das obrigações legais - os impostos - pagos pelo cidadão”, conselheiro Cipriano Sabino.*

O cronograma de trabalho, abrangência da auditoria e definição da metodologia foram definidos em reuniões técnicas entre as instituições signatárias do acordo. A conclusão do trabalho está prevista para dezembro deste ano, incluindo as fases de planejamento, execução da auditoria e elaboração de relatório.

“Consideramos esta mais uma iniciativa muito significativa e importante liderada pelo TCU. O TCE-PA se associa ao Tribunal de Contas da União, a Atricon, ao IRB e aos demais tribunais nesta e em outras ações que visem contribuir para a melhoria dos serviços públicos essenciais. Essas garantias estão previstas no texto constitucional, e é nosso dever trabalhar para os seus respectivos cumprimentos, uma vez que os recursos públicos são oriundos das obrigações legais - os impostos - pagos pelo cidadão”, declarou Cipriano Sabino.







# III Encontro TCE-ALEPA: Presidente faz breve balanço dos últimos três anos

*Entre vários assuntos, parlamentares foram informados sobre dados, números e metas alcançadas pela Corte de Contas paraense nos últimos anos*

Presidente Cipriano Sabino discursou sobre os avanços obtidos pelo TCE-PA, entre eles, a política de capacitação para servidores e jurisdicionados, a realização de concursos públicos, a aprovação do PCCR, a elaboração do planejamento estratégico e a redução do passivo processual, que entre janeiro de 2011 e abril de 2014 foi de 6.595 acórdãos e 1.292 resoluções



Durante a realização do III Encontro TCE-ALEPA, em abril de 2014, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Cipriano Sabino, fez um breve balanço das realizações e metas alcançadas no período das suas duas gestões à frente da Corte. Para Sabino, como ao Poder Legislativo são consignadas as tarefas de legislar e fiscalizar os atos do Executivo nas três esferas previstas na Constituição Federal do Brasil, e a ALEPA tem o auxílio do TCE-PA quanto a sua competência fiscalizadora, este tipo de interação é fundamental para a permanente melhora da qualidade dos serviços públicos prestados pelas duas instituições.

“A troca de experiências sobre a aplicação da legislação e de normas de auditoria, de matérias de direito administrativo e contabilidade pública, entre outros aspectos relativos à rotina da administração pública são muito importantes entre instituições como o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas, a quem compete exercer o controle externo. A missão do TCE-PA é fazer essa fiscalização em benefício da sociedade e do cidadão paraense”, destaca Sabino.

De acordo com o mapa estratégico traçado, quatro eixos fundamentais ou resultados esperados foram estabelecidos: Condenar de forma efetiva e tempestivamente os responsáveis pela má gestão dos recursos públicos; contribuir para o aprimoramento da

gestão pública – o Encontro TCE-ALEPA também atende a essa premissa -, combater a corrupção, a fraude e o desvio de recursos e, finalmente, estimular a transparência da gestão pública. Dentro desse escopo, dezenove objetivos foram incluídos e estão sendo executados até 2015.

“O investimento nas pessoas, seja atraindo, desenvolvendo ou retendo suas respectivas competências e o fortalecimento da cultura de planejamento orientado para o resultado são metas permanentes da nossa atuação à frente do TCE-PA”, declarou o presidente. Durante a sua manifestação, Cipriano Sabino deu ênfase às reformulações da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal, ao redesenho da área de fiscalização, que culminou na divisão por áreas (saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento, segurança pública, entre outras) coordenadas por cada um dos conselheiros e a definição de procedimentos de correição no âmbito do TCE-PA.

“Após três anos realizando sessões extraordinárias para diminuição do passivo processual, conseguimos encerrar mais de mil e seiscentos processos e avançamos treze anos. Com a aprovação da resolução que trata da instrução simplificada - que aprecia convênios de até 50 mil reais - já diminuimos cerca de 19% do passivo referente a essas prestações de contas”, ressaltou.





*“O investimento nas pessoas, seja atraindo, desenvolvendo ou retraindo suas respectivas competências e o fortalecimento da cultura de planejamento orientado para o resultado são metas permanentes da nossa atuação à frente do TCE-PA”, conselheiro Cipriano Sabino.*

### **TCE como indutor de estudos, políticas e capacitação**

Outros aspectos destacados durante o III Encontro TCE-ALEPA referiram-se ao papel de indutor de estudos, políticas públicas e a competência pedagógica do TCE-PA. Foram citados o estudo técnico sobre a Lei Kandir, o relatório sobre obras estaduais paralisadas e a inspeção extraordinária relativa à acessibilidade nos órgãos estaduais.

O fomento do controle social, a intensificação de campanhas publicitárias e jornalísticas com viés educativo, a aplicação da Lei da Transparência e programas como o TCE Cidadão, que leva noções de cidadania e controle social a toda a rede pública estadual de ensino também foram destacados.

Ao final da sua manifestação, o presidente do TCE Cipriano Sabino citou os vários acordos de cooperação celebrados nos últimos anos, com destaque para as auditorias coordenadas realizadas em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir do qual o TCE-PA passa a auditar todas as operações de crédito feitas pelo banco ao poder público estadual.

Com a realização de eventos como o Fórum TCE-PA e Jurisdicionados, o Programa de Interiorização, o Encontro Conversando com o Controle Interno e o Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública, o TCE-PA já certificou mais de sete mil participantes. A Escola de Contas Alberto Veloso realizou 153 eventos nos últimos três anos.



### **Concursos, Plano de Cargos e planejamento estratégico**

Dentre os processos internos ou objetivos traçados previstos no mapa estratégico em execução, o capítulo que trata da atração e desenvolvimento de competências e a realização de dois concursos públicos tem destacada relevância. Ao todo, foram empossados quatro auditores – um deles será conselheiro –, 103 técnicos de nível superior e outros 10 de nível médio.

“Gostaria de registrar aqui, na frente dos senhores e senhoras, que reconhecemos no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR) enviado para a ALEPA pelo TCE-PA como o mais avançado, o tecnicamente melhor elaborado e mais moderno entre todos aqueles que já passaram pelo legislativo até hoje, incluído o próprio plano dos servidores da Casa”, reconheceu o presidente da ALEPA, deputado Márcio Miranda.

O elogiado PCCR em questão é fruto da política implantada de alinhamento das práticas de gestão de pessoas à estratégia organizacional do TCE. Nesse sentido, também foram estabelecidas as diretrizes para o desenvolvimento e gestão de pessoas, e foi instituído o Código de Ética e Disciplina dos servidores do Tribunal.

Outro objetivo previsto no mapa estratégico, conforme destacado pelo presidente do TCE, diz respeito ao fortalecimento da cultura de planejamento orientada a resultados. Para tanto, foi elaborado o Plano Estratégico 2012-2015 e o Plano de Gestão 2012-2014. Também foram implementados um software de gestão es-

tratégica e de projetos e foi criado um indicador de desempenho para avaliação de gestão. Como forma de orientar a política de comunicação institucional, também foram realizadas pesquisas de opinião sobre a imagem e grau de conhecimento do TCE-PA.

O presidente do TCE também apresentou aos deputados a ampliação do uso da tecnologia da informação no âmbito do TCE e o desenvolvimento e implantação de programas e softwares. Por fim, foram necessárias as adequações da estrutura logística à estratégia definida. Para tanto, foi construído o anexo VI, criada a Unidade Regional de Santarém e reformado o quinto pavimento do anexo II, com a layout para vinte e seis estações de trabalho. Quanto a representação no Oeste do estado, sua instalação irá facilitar a interação de jurisdicionados de mais de vinte municípios e o TCE.

### **Julgamentos de Plenário**

Na última parte da sua fala o presidente do TCE apresentou números dos julgamentos e decisões proferidas em plenário. De 2011 a abril de 2014 foram emitidos 6.595 acórdãos e aprovadas 1.292 resoluções. Quanto aos processos de prestações ou tomadas de contas, houve um total de 3.603 julgamentos. Sendo 2.437 prestações, 811 tomadas e 355 obrigações comuns. Os valores glosados com decisões transitadas em julgado no período de janeiro de 2011 a março de 2014 atingiu mais de 161 milhões em valores atualizados.





# Descentralização: Após 67 anos, TCE-PA inaugura representação em Santarém

*Sede Regional do Oeste paraense diminui distâncias e facilita a vida de quem antes precisava ir à capital para tratar de assuntos relacionados à prestação de contas*

À esquerda, conselheiro Cipriano Sabino, presidente do TCE-PA, e Roberto Paulo Amoras, auditor-geral do Estado, descerram a placa de inauguração da Sede Regional do TCE em Santarém. Evento foi prestigiado por integrantes de vários órgãos estaduais e federais. Em seu pronunciamento, o prefeito de Santarém, Alexandre Von (abaixo, à direita) agradeceu a iniciativa do TCE paraense



A partir do dia 22 de maio de 2014, ficou muito mais fácil prestar contas sobre a utilização dos recursos públicos estaduais para todos os ordenadores de despesas que trabalham nas regiões do Baixo Amazonas, Tapajós e do Xingu, todas localizadas na Região Oeste do estado. Foram necessárias quase sete décadas para que o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) instalasse a sua primeira unidade no interior paraense. Santarém, a mais populosa cidade do Oeste estadual, recebeu, no dia 21 de maio, a Unidade Regional 1 do TCE-PA

“Em nome do município de Santarém posso afirmar que hoje é um dia muito especial, e a razão é a inauguração desta sede do TCE-PA. A sua instalação é fruto da sensibilidade dos conselheiros do Tribunal, que liderados pelo seu presidente, Cipriano Sabino, estão nesta data oferecendo aos responsáveis pela utilização dos recursos estaduais todos os serviços antes somente disponíveis em Belém. Imagine a mudança de paradigma para todos os prefeitos e demais ordenadores de cada município da nossa região que, a partir de agora, podem receber todos os esclarecimentos, emitir certidões e, sobretudo, prestar suas contas na nossa querida Santarém”, disse o prefeito da cidade, Alexandre Von.

Para imaginar o impacto da inauguração do TCE em Santarém, basta que se imagine a diferença entre sair de algum dos outros vinte e oito municípios agora contemplados, a maioria deles a mais de mil quilômetros de distância da capital, ou dirigir-se a Santarém para fazer qualquer serviço que outrora era feito exclusivamente em Belém, com exceção das análises e julgamentos realizados pelos conselheiros.

“Esta inauguração histórica para o TCE-PA foi pensada, prevista e incluída no planejamento estratégico que estamos cumprindo rigorosamente, e que compreende os anos de 2011 a 2015. Ela tem como objetivo a descentralização dos nossos serviços, e se associa a realização do programa de interiorização do Tribunal, que já levou um verdadeiro mutirão de capacitação para as regiões Nordeste, Oeste, Sudeste e para o Marajó, onde capacitou mais de 1900 participantes, de 90 cidades. A chegada do TCE ao interior paraense também significa um resgate com os nossos irmãos paraenses. O Tribunal vai inaugurar as unidades regionais em cada uma dessas regiões, e Marabá, pela sua importância histórica e econômica, será a próxima, provavelmente, já no mês de agosto”, afirmou o presidente do TCE, Cipriano Sabino.





*“Em nome do município de Santarém posso afirmar que hoje é um dia muito especial e a razão é a inauguração desta sede do TCE-PA. A sua instalação é fruto da sensibilidade dos conselheiros do Tribunal, que liderados pelo seu presidente, Cipriano Sabino, estão nesta data oferecendo aos responsáveis pela utilização dos recursos estaduais todos os serviços antes somente disponíveis em Belém”, Alexandre Von, Prefeito de Santarém.*

A função pedagógica do TCE também foi reconhecida pelo prefeito Alexandre Von, pelo deputado estadual Nélio Aguiar, representante da Assembleia Legislativa na inauguração, e pelo auditor geral do Estado, Roberto Paulo Amoras, que representou o governador Simão Jatene na cerimônia. “São notórios os avanços na orientação e na capacitação que o TCE vem realizando nos últimos anos. E a capacitação que acontece amanhã para mais de 300 participantes é mais uma prova disso”, disse Amoras.

#### **Serviços e Capacitação**

O protocolo da Unidade Regional já está apto para o recebimento de prestações de contas e de recursos, para a apresentação de defesa e requerimentos diversos. No atendimento ao cidadão, a solicitação e entrega de certidões, regularização de dívidas, consulta a processos, orientação sobre prestações de contas e treinamento também já iniciaram.

A inauguração do TCE contou com a presença de autoridades municipais e estaduais, entre elas, os conselheiros do TCE Luís Cunha e Ivan Cunha, e os prefeitos de Óbidos, Mario

Após a inauguração, o conselheiro presidente Cipriano Sabino convidou os integrantes da comitiva para conhecer os espaços internos da Sede Regional de Santarém (à esquerda). Para oficializar o início das atividades no órgão, duas Certidões Negativas - uma da Prefeitura de Santarém e outra da Prefeitura de Óbidos - foram emitidas e entregues aos respectivos prefeitos, Alexandre Von e Mário Henrique Guerreiro (abaixo, à direita)



Henrique Guerreiro, de Rurópolis, Pablo Gomes, e de Trairão, Danilo Miranda. O presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre, Anselmo Picanço e a ex-prefeita Maria do Carmo Martins também prestigiaram a cerimônia.

### **TCE realiza capacitação para 29 municípios no Oeste do Pará**

Cerca de 300 pessoas participaram, durante a manhã e a tarde do dia 23 de maio de 2014, de mais uma etapa de capacitação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). As palestras realizadas em Santarém, no Oeste do Pará, reuniram integrantes dos setores público e privado de 29 municípios. O Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública é uma iniciativa que já chegou a várias cidades do interior, e que tem como principal objetivo aperfeiçoar os trâmites da prestação de contas de todos os setores e instituições públicas que fazem uso de recursos provenientes do Tesouro Estadual.

A capacitação realizada para os jurisdicionados faz parte da programação de entrega da Unidade Regional 1 do Tribunal de Contas do Estado, no Oeste do Pará. A sede em Santarém foi

entregue durante ato solene coordenado pelo presidente do TCE paraense, conselheiro Cipriano Sabino. Foi também dele a abertura e encerramento da etapa de capacitação realizada durante todo o dia de ontem, no auditório do Barrudada Tropical Hotel. "A falta de informação e de esclarecimento são os principais motivos para que muitas prestações (de contas) sejam rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Por isso o TCE percorre o Estado, as cidades, com esse trabalho de informação e esclarecimento", ressaltou Sabino.

Os palestrantes Julival Silva Rocha, Patrícia Sarmento dos Santos, Milene Dias Cunha e Odilon Inácio Teixeira, todos auditores do Tribunal de Contas do Estado, abordaram temas voltados para a correta prestação de contas, entre eles, Improbidade Administrativa, Restrições e Limites em Ano Eleitoral e Final de Mandato, Prestação e Tomada de Contas e A Importância do Controle Interno. "A grande participação do público mostrou que as pessoas, os gestores e as instituições têm todo interesse em realizar corretamente os trâmites exigidos pelo TCE, o que reflete, por sua vez, na correta utilização dos recursos públicos estaduais", opinou o auditor Odilon Teixeira.





Entre os participantes estavam prefeitos, secretários municipais, servidores públicos ligados às áreas financeira e administrativa, membros da sociedade civil organizada e vários estudantes dos cursos ligados à gestão pública. “Nossos professores têm a teoria, mas nem sempre, a prática. Essas palestras nos deram a oportunidade de entender muita coisa sobre a gestão pública na prática. Uma oportunidade muito rica para nós, que ano que vem nos formamos profissionalmente em Gestão Pública”, explicou a acadêmica do curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Edivânia Lopes.

A descentralização do Tribunal de Contas do Estado e a realização de uma nova rodada de capacitação para os jurisdicionados em Santarém favorecem, sobretudo, os municípios que antes realizavam verdadeiras maratonas até a capital para poder resolver pendências relacionadas às prestações de contas. “A presença do TCE em Santarém, por exemplo, nos permite sair do município (de Oriximiná), resolver uma determinada situação e voltar, no mesmo dia, para casa”, explica a auxiliar da Assessoria Jurídica

de Oriximiná, Caroline Jordano. Para o procurador municipal de Curuá, no extremo oeste do Pará, Roberto Mongioli, o novo ciclo de capacitação realizado pelo TCE em Santarém reforça a presença do Estado na região. “O Oeste do Pará é uma região distante da capital. Fico feliz em saber que o TCE entende isso e vem ao encontro dos municípios por meio dessa capacitação e dos esclarecimentos aqui apresentados”.

Até o final do ano, novas rodadas de capacitação serão realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado nos municípios de Cametá e Marabá. Este último também tem previsão de receber, no segundo semestre de 2014, a Unidade Regional 02 do TCE. “Os trabalhos estão adiantados e até o final de agosto estaremos em Marabá, realizando o mesmo tipo de trabalho que fizemos aqui em Santarém, para entregar uma nova unidade regional do TCE. Uma unidade que vai fortalecer a descentralização do Tribunal de Contas do Estado e favorecer uma nova gama de municípios do interior do Pará”, concluiu o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino.







# TCE-PA homenageia governador do Estado e entrega Anexo IV

*Após a homenagem, o governador acompanhou os conselheiros do TCE na inauguração do novo anexo*

À esquerda, os conselheiros do TCE com o governador Simão Jatene. Abaixo, conselheiro Cipriano Sabino entrega a medalha e o diploma ao homenageado



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA) homenageou o governador do Estado, Simão Jatene, em sessão solene realizada no dia 04 de junho de 2014, no Plenário Conselheiro Emílio Martins, com a outorga da medalha Serzedello Corrêa “Classe A”, a mais alta honraria outorgada pelo Tribunal. A proposta foi levada ao plenário pelo conselheiro Cipriano Sabino, presidente, sendo aprovada por unanimidade pelos demais conselheiros.

Participaram da sessão solene os conselheiros Luis Cunha (vice-presidente), André Dias (corregedor), Nelson Chaves, Lourdes Lima e Ivan Cunha. O procurador geral do Ministério Público de Contas do Estado (MPCE), Antônio Maria Cavalcante; os auditores do TCE (Odilon Teixeira, Julival Rocha e Milene Cunha); o presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), deputado Cássio Andrade; a presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJE), desembargadora Nádja Guimarães, também participaram da sessão.

“Esta é uma cerimônia especial e alegre, agradeço a todos os presentes e em especial ao governador Simão Jatene. A decisão pela entrega da medalha recebeu apoio unânime do plenário, pois é uma demonstração de agradecimento ao governador pela relação institucional sempre respeitosa com o Tribunal de Contas, e por sua atuação em favor do Estado do Pará”, afirmou o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino.

Em seu discurso, o governador ressaltou que divide a medalha com toda a população do estado. “Entendo que toda tarefa é coletiva e que esta medalha se refere mais um comportamento do

que a uma pessoa. Nestes tempos que aparentemente ética e política estão tão distantes, você ser homenageado pelo Tribunal de Contas do Estado com uma medalha, que aponta para princípios éticos, é algo que sensibiliza e emociona. Com isso nada mais justo que dividir com todo o paraense que me ajudou a chegar aqui”.

O governador afirmou também que a outorga da medalha Serzedello Corrêa é mais bondade de quem concede que mérito de quem recebe. E reconheceu que o ato denota que aqueles que escolhem a vida pública, mais do que palavras, precisam mostrar em ações e comportamento que é possível pensar em uma sociedade mais justa e solidária. Simão Jatene ressaltou que é possível buscar a transformação que a sociedade quer sem destruir as instituições que sustentam a república e a democracia.

O homenageado reconheceu ainda que poucas vezes se emocionou, nas funções de mandatário máximo do estado, como nesse ato de recebimento da medalha concedida pelo TCE.

#### **Presidente entrega prédio Anexo IV**

Após a sessão solene de outorga da medalha ao governador, o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino, ao lado dos outros conselheiros, e o governador Simão Jatene, acompanhado da viúva de Benedito Nunes, a senhora. Maria Sylvania Nunes, inauguraram o Prédio Anexo IV do Tribunal, que foi batizado com o nome do filósofo e ensaísta paraense Benedito Nunes, ex-auditor do TCE-PA.





*“Como todos os paraenses, acompanhei a trajetória de Benedito Nunes, que foi e continua sendo um dos mais ilustres paraenses de todos os tempos”, conselheiro Ivan Cunha.*

O conselheiro Ivan Cunha, a quem coube homenagear Benedito Nunes, afirmou que, como todos os paraenses, acompanhou a trajetória do grande filósofo, que foi e continua sendo um dos mais ilustres paraenses de todos os tempos, ressaltando a probidade, a seriedade, o empenho e o zelo como ex-auditor conduzia suas funções.

A senhora. Maria Sylvia Nunes afirmou que Benedito Nunes era grato ao TCE, que lhe deu trabalho e ensinou muitas coisas, ressaltando que essa “gradidão está presente aqui, incorporada a cada pedra deste prédio”.

Após o presidente Cipriano Sabino ter encerrado a cerimônia de inauguração, as autoridades presentes foram conhecer as novas instalações do edifício anexo IV, participando em seguida de um coquetel no novo auditório do TCE.

### Histórico

A medalha Serzedelo Corrêa “Classe A” foi instituída em 09 de outubro de 1970, e é conferida pelo Plenário do TCE-PA, entre outros, às personalidades ou entidades que tenham se destacado por especial atuação em favor do TCE-PA e do estado do Pará.

O novo anexo IV do tribunal é um postulado antigo dos servidores da instituição, e foi planejado com todas as exigências de acessibilidade.







# Extraordinária: TCU e TCE-PA reúnem em Belém TCs da Amazônia Legal

*Durante o encontro foram discutidos temas relevantes para a atuação dos Tribunais de Contas da Amazônia*

À esquerda, os conselheiros Cipriano Sabino e Luis Cunha recepcionando as autoridades. Abaixo, os presidentes do TCE-PA e do TCU, conselheiros Cipriano Sabino e Augusto Nardes



Na tarde do dia 08 de agosto de 2014, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), conselheiro Cipriano Sabino, recebeu as visitas do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, de conselheiros e técnicos de TCs da Amazônia Legal, na sede do TCE-PA.

Participaram da reunião, a presidente do TCE-AP, conselheira Maria Elizabeth Picanço, o conselheiro do TCE-RO, Edilson Silva; conselheiro substituto do TCE-PI, Alison Ferreira; os conselheiros do TCE-PA, Luis Cunha (vice-presidente) e Nelson Chaves, e os conselheiros do TCM-PA, Cesar Colares e Daniel Lavareda, além de técnicos das instituições.

O presidente do TCU apresentou e discutiu os resultados das fiscalizações (auditorias operacionais) realizadas pelo TCU na região, e falou de temas relevantes para a atuação dos TCs locais como: a gestão pública da saúde, o ecoturismo na Amazônia, entre outros. Nardes também ouviu relatórios sobre as auditorias realizadas pelos Tribunais da Região Norte.

“Agradeço e fico muito satisfeito com a presença de todos. A reunião foi muito positiva. Pudemos conhecer com mais detalhes

os trabalhos que são realizados pelos Tribunais de Contas dessa região. Precisamos interagir sempre com todos os TCs. Este ano o TCU está fazendo uma auditoria sobre a saúde no Brasil com a integração de todos os órgãos de controle do país. O objetivo é apontar onde estão as carências mais importantes para a sociedade”, explicou o ministro.

Para o presidente do TCE-PA a vinda do ministro Augusto Nardes é de grande relevância para os Tribunais de Contas. “Parablenizo a iniciativa do TCU em realizar as ações coordenadas com os Tribunais de Contas do Brasil, para reforçar o cumprimento do nosso papel constitucional. Precisamos continuar trabalhando, saindo dos gabinetes e mostrar como a competência que a constituição nos deu é muito importante para a sociedade, e assim, melhorar a qualidade de vida da população”, destacou Cipriano Sabino.

Na pauta foi discutida ainda a apresentação dos principais trabalhos dos Tribunais de Contas Estaduais aos chefes de governo federal e estaduais a serem eleitos em 2014, em evento previsto para novembro, em Brasília.





# Capacitação: TCE-PA promove curso de auditoria com o BID

*O objetivo do curso é a capacitação dos técnicos do TCE em relação ao controle, operações e financiamentos do BID*

À esquerda, o presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino, e o diretor do DCE, Reinaldo Valino, recebendo a visita dos técnicos do BID, Antônio Yamada e Marília Santos



O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) capacitou servidores do Departamento de Controle Externo (DCE) da Corte entre os dias 08 e 12 de setembro de 2014, durante o curso “Auditoria de Projetos Financiados pelo BID”, no auditório do TCE. O curso foi ministrado pelos especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antônio Yamada e Marília Santos.

A capacitação foi uma demanda do diretor do DCE, Reinaldo Valino, em parceria com a Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV).

“Em 2013, o TCE firmou um acordo (protocolo de entendimento) com o BID. Hoje, o tribunal será o auditor dos projetos que serão financiados pelo banco no Estado, como um projeto na área de educação, o que vai trazer engrandecimento para nosso trabalho. O curso é importantíssimo, pois é um treinamento, onde podemos conhecer os papéis de trabalho, as fiscalizações e as legislações do BID”, explicou Valino.

A especialista em aquisições do BID, Marília Santos, falou que o treinamento é uma forma também de aproximar os servidores do TCE-PA das leis e projetos do Banco Interamericano. “Para o BID, o Tribunal de Contas paraense passa a ser nosso braço, na questão de controle, operações e financiamentos. O TCE será o

órgão que irá auditar, então, é importante que os técnicos tenham contato com um organismo internacional com práticas de auditorias internacionais”, ressaltou.

“O mais interessante do curso é que pudemos ter acesso a política do banco, para podermos fazer uma auditoria eficiente, com os padrões e referências de avaliação do BID”, concluiu Rondson Sousa, gerente de fiscalização do TCE.

### **Presidente do TCE recebe técnicos do BID**

O presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino recebeu no seu gabinete, os técnicos do BID, Marília Santos e Antônio Yamada. Na visita, o conselheiro ressaltou a importância da parceria do TCE com o Banco.

“É de grande relevância que haja essa troca de informações e conhecimentos entre os servidores do Tribunal e do BID. Essa parceria só aumenta com essa capacitação, pois nossos técnicos estarão mais preparados para auditar os projetos financiados pelo BID, no Pará. O TCE tem que mostrar o serviço de excelência que a sociedade precisa”, afirmou Cipriano Sabino.





# Seminário: TCE-PA realiza encontro com entidades do 3º Setor

*Temas como a “transparência” e “o dever de prestar contas”, foram apresentados pelos auditores do TCE durante o encontro*

À esquerda, o vice-presidente do TCE, cons. Luis Cunha, na abertura do evento. Abaixo, a auditora Milene Cunha falando aos representantes de ONG's.



O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), através da Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV) realizou no dia 29 de setembro de 2014, o seminário “O 3º Setor e o Controle Externo dos Recursos Públicos”, no auditório “Ministro Elmiro Nogueira”, com objetivo de orientar os dirigentes das entidades sobre a importância da correta prestação de contas.

O encontro reuniu cerca de 150 pessoas, entre presidentes e representantes de organizações não governamentais de Belém e do interior do estado. Participaram da abertura do evento, o conselheiro Luis Cunha (vice-presidente) do TCE, a presidente da Ação Integrada do Palácio do Governo (ASIPAG), Carmem Lúcia do Carmo e a diretora da ECAV, Mariúcia Lacerda. Em sua fala, o vice-presidente do TCE, agradeceu a participação das entidades no encontro.

“Agradeço a presença de todos. Esse seminário é muito interessante, pois o 3º setor faz um trabalho muito importante na sociedade, às vezes suprimindo o poder público, com atuação e resolução de problemas. O papel do TCE é orientar, suprir de conhecimentos técnicos essas entidades que recebem dinheiro público, através de convênios com o Governo do Estado. E é isso que estamos fazendo neste evento. Parabens a todos que participam do seminário”, ressaltou o conselheiro Luis Cunha.

A parte técnica teve início com a palestra “Probidade e Transparência voltada ao 3º Setor”, do auditor do TCE, Julival Rocha. Em seguida, a auditora Milene Cunha falou sobre “O 3º Setor e o Dever de Prestar Contas”. Ao final, o público pôde fazer perguntas aos palestrantes, tirando suas dúvidas.

“Esse seminário foi de grande oportunidade para nós dirigentes comunitários. O objetivo foi nos qualificar sobre a prestação de contas. O TCE está estreitando a relação com as lideranças comunitárias. Espero que ocorra outro encontro para nos orientar mais”, falou o presidente do Centro Morada dos Sonhos, do bairro da Sacramenta, Edilson Santos.

#### **Autoridades e público parabenizam o TCE pela iniciativa**

O seminário foi bastante elogiado pelas autoridades e público que participaram do evento. Para a presidente da ASIPAG, Carmem Lúcia do Carmo, o encontro é mais uma ação de parceria com o Tribunal de Contas do Estado. “Para nós é uma satisfação enorme em sermos parceiros do TCE. Hoje essa reunião com os líderes comunitários é mais uma ação da função pedagógica do tribunal. Nós só podemos agradecer pelo apoio e esperamos que essa parceria continue”, ressaltou.





*“Às vezes temos dificuldades em prestar contas, e quando acontece o erro não é por omissão, e sim pela falta de conhecimentos. Então, essas informações são valiosas, pois vamos ter mais subsídios e cuidados nas nossas prestações de contas”, Elza Magalhães, presidente da Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves.*

“Eu quero parabenizar o TCE do Pará pela preocupação de chamar o 3º setor, já que às vezes temos dificuldades de prestar contas, e quando acontece o erro, não é por omissão e sim pela falta de conhecimento. Então, essas informações são valiosas, pois vamos ter mais subsídios e cuidados nas nossas prestações de contas”, explicou Elza Magalhães, presidente da Associação Folclórica e Cultural Tancredo Neves.

A coordenadora da ECAV, Mariúcia Lacerda agradeceu ao público e garantiu que o trabalho foi cumprido ao ver o auditório cheio, mas que será o primeiro de outros encontros. Segundo Mariúcia, o público mostrou interesse na proposta do TCE – que é de fortalecer essa aproximação com o 3º Setor, com o processo de educação, através de seminários, palestras para disponibilizar conhecimentos e orientações para essas entidades.

Todos os participantes receberam certificado ao final do seminário.







# Capacitação: ECAV realiza curso sobre Licitação na Administração Pública

*Durante três dias os participantes receberam informações sobre os aspectos mais problemáticos em uma licitação*

A procuradora de contas, Silaine Vendramin, analisou os pontos cruciais da licitação



A Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV) promoveu entre os dias 11 e 14 de novembro de 2014, o curso sobre “Licitação na Administração Pública”. Trinta jurisdicionados de seis órgãos do Estado participaram da capacitação ministrada pela procuradora de contas, Silaine Vendramin.

Durante o curso, informações, técnicas e trabalho na prática foram repassados aos participantes. “Esse curso aconteceu por uma demanda dos órgãos do estado. Apresentamos no encontro os aspectos nos quais acontecem mais falhas nos processos de licitação, e nosso objetivo no curso foi transmitir informações para que os participantes não cometam esses erros nas suas próprias

licitações”, explicou a procuradora de contas Silaine Vendramin.

Os servidores aprovaram o curso. Segundo Stelio Sarges, a capacitação foi bastante importante para sua carreira. “Uma semana de grande aprendizado. Novos conhecimentos adquiridos. Foi muito bacana, agora sabemos melhor ainda como lidar com os recursos públicos. Parabéns ao TCE e a Escola de Contas pela iniciativa”, disse.

“O curso foi muito proveitoso. A troca de experiências com colegas de outras instituições é importante demais. Durante esse encontro, pudemos perceber a necessidade de ter mais cuidado e zelo com a coisa pública. Adorei participar”, garantiu a servidora da Defensoria Pública, Nazaré Gillet.





# Pacto pela Boa Governança: Conselho Cipriano Sabino representa TCE-PA no evento e participa de painel sobre segurança pública

*A iniciativa do TCU objetiva otimizar a utilização dos recursos públicos em áreas essenciais, como a segurança pública*

À esquerda, diversas autoridades presentes, dentre elas o vice-presidente da República, Michel Temer. Abaixo, conselheiro Cipriano Sabino com os governadores Renan Filho (AL) e Pedro Taques (MT) que participaram com ele do painel sobre segurança pública



O Museu Nacional de Brasília, também conhecido como Museu da República, foi palco no dia 17 de novembro de 2014, do lançamento do “Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil”. No encontro foi apresentado ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos e reeleitos, um documento com diagnóstico sobre importantes temas do país, como saúde, educação, previdência social, segurança pública e infraestrutura.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheiro Cipriano Sabino, atendendo ao convite do anfitrião do encontro, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, bem como do presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Valdecir Pascoal, participou de toda a programação e foi um dos mediadores do painel sobre segurança pública.

“Na nossa manifestação, entre outras questões importantes, nós procuramos alertar aos presentes sobre os últimos indicadores revelados tanto no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, quanto aos dados aferidos nas auditorias realizadas pelo TCU e pelos números disponibilizados no âmbito do TCE-PA. Esses indicadores mostram um significativo aumento geral dos investimentos na área, ao mesmo tempo em que retratam o aumento dos números da criminalidade, o que é preocupante”, declarou Sabino.

“O evento teve por objetivo contribuir para a superação de conhecidos problemas em áreas críticas enfrentadas pelos governantes e pela sociedade, ao se explicitarem, em relatórios individualizados, o resultado de diversas auditorias realizadas pelo TCU e pelos Tribunais de Contas Estaduais nos temas discutidos. Busca-se, assim, uma otimização da utilização dos recursos públicos e a disseminação de boas práticas de governança pública”, explicou o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes.

A primeira falha apresentada pelo TCU foi fragilidade da Política Nacional de Segurança Pública. A explicação para o problema, de acordo com o Tribunal, é devido à inexistência de documento ou normativo único que estabeleça formalmente o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos para a segurança pública do país, lacuna que fragiliza a atuação sistêmica de combate à criminalidade por parte dos entes federativos.

O segundo ponto relatado nesse tema foi a vulnerabilidade da fronteira brasileira, onde há dificuldade de integração entre as atribuições dos órgãos federais e estaduais. Por fim, o TCU verificou a dificuldade de integração entre os órgãos de segurança, a exemplo das secretarias estaduais de segurança pública, em que 28% não compartilham informações com outros órgãos de seu próprio estado (por exemplo, as polícias) e 68% não o fazem com os estados vizinhos.





*“...Os últimos indicadores revelados (...) mostram um significativo aumento geral dos investimentos na área, ao mesmo tempo em que retratam o aumento dos números da criminalidade, o que é preocupante”, cons. Cipriano Sabino.*

Mediado pela jornalista da rádio CBN Marcia Zarur, o painel “Segurança Pública” contou com a participação do presidente do TCE-PA, dos governadores eleitos de Alagoas e Mato Grosso, respectivamente o deputado federal Renan Filho e o senador Pedro Taques e do presidente do Conselho Federal de Administração (CFA) Sebastião Luiz de Mello.

#### **Autoridades presentes**

O presidente da República em exercício Michel Temer, o presidente da Câmara dos Deputados Henrique Eduardo Alves, os governadores reeleitos do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão e da Paraíba Ricardo Coutinho; o vice-governador eleito de São Paulo Márcio França, os governadores eleitos Rodrigo Rollemberg (Distrito Federal), Paulo Câmara (Pernambuco), Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul) e do Piauí, Wellington Dias, ministros, senadores, deputados federais, conselheiros e outras autoridades participaram do evento.

Ao final, o presidente do TCU entregou a cada participante um kit contendo detalhadamente o diagnóstico das cinco áreas debatidas no lançamento do “Pacto pela Boa Governança”. Coube ao ministro-chefe da Casa Civil Aluizio Mercadante o pronunciamento de encerramento da programação. Mercadante fez um balanço em nome do governo das iniciativas ao longo dos últimos governos petistas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, previdência social e segurança pública.



# Alterações na Lei Orgânica do TCE-PA fortalecem as ações do órgão

A Lei Complementar nº 081 trouxe algumas alterações que se faziam necessárias para o fortalecimento das ações do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em virtude das mudanças que ocorreram na Administração Pública nos últimos 15 anos em decorrência do surgimento de novas normas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Acesso à Informação, além da própria Constituição Federal com as emendas 19/98 e 20/98, e outras que deram prosseguimento ao objetivo de aperfeiçoamento da Administração Pública. Isso inclui as novas tecnologias de informação que permitiram maiores facilidades nos procedimentos de fiscalização como é o caso da introdução na Lei Orgânica do Diário Oficial Eletrônico e do Processo Eletrônico.

O conselheiro Nelson Chaves, relator do processo que alterou a Lei Orgânica do TCE-PA, observou que neste contexto de mudanças, a Lei Orgânica vigente acrescentou à estrutura organizacional do Tribunal a Corregedoria, a Escola de Contas e a Ouvidoria, buscando sempre a integração do Controle Externo com o Controle Social, pois "somente com a participação contínua da sociedade na gestão pública, que se constitui em um direito assegurado pela Constituição, é possível a adoção de medidas que realmente atendam ao interesse público", ressaltou o conselheiro.





# PCCR: Comissão Especial de Estudos Preliminares do Plano entrega relatório conclusivo

À esquerda, servidores acompanham a apresentação e aprovação do PCCR no plenário do TCE. Abaixo, auditora Milene Cunha, coordenadora da comissão que elaborou o PCCR



Em sessão realizada em novembro de 2014, o conselheiro Cipriano Sabino fez menção ao do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores do TCE, sancionado pelo governador Simão Jatene e publicado na edição do Diário Oficial do Estado do dia 08 de setembro do mesmo ano.

Ao mencionar a publicação, o presidente fez questão de agradecer à equipe técnica que trabalhou no processo, em especial ao conselheiro Luis Cunha, relator, e à auditora Milene Dias, que auxiliou o vice-presidente na relatoria.

Segundo o conselheiro Cipriano Sabino, a próxima etapa é a implementação efetiva do plano, que é uma conquista para os servidores, que esperavam há mais de vinte anos, e que agora, “com o apoio fundamental dos conselheiros, terão suas expectativas contempladas”, observou o presidente.

O vice-presidente Luis Cunha também parabenizou a todos os servidores pela conquista. Após comunicar ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), durante a pauta administrativa, que os trabalhos relativos à elaboração do Relatório Conclusivo para implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores da instituição estavam encerrados, a presidente da Comissão Especial de Estudos Preli-

minares do PCCR, auditora Milene Cunha, entregou no dia 11 de novembro, o documento ao presidente do TCE-PA, conselheiro Cipriano Sabino.

“Saudamos o trabalho de todos os participantes da Comissão Especial de Estudos do PCCR. Cito nominalmente a diretora de Administração Ana Maria Motta Garcia, o coordenador do Controle Interno Luiz Roberto Reis Jr., a diretora da área de Recursos Humanos Elyêda Pessoa e a representante da Procuradoria Jurídica, a servidora Cyntia Alexandrino. Os quais, sob a coordenação da auditora Milene Cunha, certamente chegaram, após muita dedicação, estudo e ainda ao se prepararem para esclarecer os questionamentos dos servidores, às mais precisas conclusões sobre o que diz a lei e o texto do PCCR do TCE-PA”, disse o presidente do Tribunal, conselheiro Cipriano Sabino.

O presidente do TCE-PA agradeceu o empenho de todos e acrescentou que a conclusão dos trabalhos da comissão é mais uma etapa fundamentada no debate democrático para a construção do PCCR do TCE-PA. Após a manifestação de Sabino, a auditora Milene Cunha lembrou ao presidente o mesmo que fizera em plenário: a criação pela comissão de um e-mail para dirimir as dúvidas dos servidores relativas ao texto do PCCR que surgissem.





*“A próxima etapa é a implementação efetiva do plano, uma conquista para os servidores, que esperavam há mais de vinte anos, e que agora, com o apoio fundamental dos conselheiros, terão suas expectativas contempladas”, cons. Cipriano Sabino.*

“Todas as vinte perguntas foram respondidas e, tempestivamente, serão disponibilizadas na intranet do TCE-PA”, revelou Milene Cunha. Ela também ressaltou que o Relatório Conclusivo da Comissão está todo pautado por recomendações, e disse que ainda há tempo para esclarecerem-se dúvidas, se elas ainda existirem.

Para a presidente da comissão, o PCCR é um marco temporal e uma conquista na busca pela valorização de cada um. “A Lei do PCCR não é definitiva ou um processo acabado e, como tal, pode sofrer alterações à medida que o TCE vai evoluindo no seu papel constitucional. Os servidores não precisam ter medo da mudança. Nós devemos, sim, ter medo que nada mude”, alertou.

#### **Cumprimento da Lei**

A auditora Milene Cunha também destacou que o trabalho da Comissão se limitou, exclusivamente, às medidas e providências necessárias para a implantação do plano. “Foge da alçada da Comissão fazer juízo de valor sobre atos passados ou recomendar autotutela de atos passados”, reiterou. Ela acrescentou que a Co-

À esquerda, Conselheiro Luis Cunha, relator do PCCR. Abaixo, Conselheiro Cipriano Sabino presidindo a sessão



missão não poderia recomendar nada diferente do que foi feito, uma vez que tudo que está no texto dos relatórios encaminhados está previsto na lei. “O nosso trabalho foi justamente fazer as recomendações para as providências e encaminhamento do que está na lei”, concluiu.

### **Sindicontas e esclarecimento de dúvidas**

Milene Cunha aproveitou para elogiar uma manifestação publicada no site do Sindicontas, no último dia 30 de outubro, onde foram feitos apontamentos de vários itens que estão sendo objeto de rumores pelos corredores do TCE-PA. No texto publicado também estão dispostas algumas das propostas feitas pelo próprio sindicato e aquelas que foram modificadas. Algumas outras propostas, lembrou a auditora, estão no texto desde a redação original do PCCR, e foram elaboradas pela empresa de consultoria contratada durante a gestão da conselheira Lourdes Lima.

“Peço gentilmente que cada um procure conhecer o que realmente está acontecendo. Não vamos nos deixar levar por comen-

tários ou ‘achismos’ infundados que não têm nada a ver com o trabalho sério e responsável que a Comissão desempenhou”, disse Milene. A auditora aproveitou para recomendar aos interessados a leitura do texto publicado no site do Sindicontas.

### **Protagonistas**

A presidente da Comissão reafirmou que todos os integrantes do TCE-PA são protagonistas do momento de transformação causado pela implantação do PCCR. E que, em razão deste momento, é responsabilidade de todos a busca pelo diálogo consciente e possível e de caminhos alternativos para que se possa permitir a legitimidade da atuação e do cumprimento da missão constitucional do TCE-PA, sem prejuízo a qualquer dos envolvidos.

“Todas as reuniões possuem atas. Depois de finalizado e entregue, a presidência poderá disponibilizá-lo para o acesso dos servidores. A partir daí, qualquer um que tiver a intenção, vai poder discernir sobre o que foi realmente debatido dentro da Comissão e o que se trata de entendimento pessoal de quem emite”, finalizou Milene Cunha.





# Pleno completo: Odilon Teixeira é empossado como novo conselheiro do TCE-PA

*Odilon Inácio Teixeira ocupou a vaga destinada aos Auditores,  
como estabelecem as Constituições Federal e Estadual*

À esquerda: o novo conselheiro, ladeado pelo presidente do TCE, Cipriano Sabino, e pelo ministro substituto do TCU, Marcus Bemquerer Costa. Abaixo, Odilon Teixeira fazendo o juramento de posse



O auditor concursado, Odilon Inácio Teixeira, tomou posse como novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará na sessão solene realizada no dia primeiro de dezembro de 2014, completando o Pleno do TCE-PA como seu sétimo integrante.

A cerimônia de posse foi dirigida pelo conselheiro Cipriano Sabino, presidente do TCE. Participaram da solenidade os conselheiros Luis Cunha (vice-presidente), André Dias (corregedor), Nelson Chaves e Lourdes Lima, além dos auditores Julival Rocha e Milene Cunha. A auditora do TCE-MS, Patrícia Sarmiento, que até recentemente pertencia ao quadro de auditores do TCE-PA, fez questão de prestigiar a solenidade. Os familiares de Odilon Teixeira, Alecia Teixeira e os três filhos, bem como diversas autoridades nacionais, estaduais e municipais acompanharam a posse do novo conselheiro.

Durante a sessão, Odilon Teixeira foi saudado pelos conselheiros e pela auditora Milene Cunha. O novo conselheiro fez o juramento e assinou o termo de posse. A esposa de Odilon foi quem fez a entrega da toga ao novo integrante do pleno do Tribunal.

Julival Rocha, falando em nome dos auditores, afirmou que a posse de Odilon como conselheiro é na verdade uma comemoração de vitórias: “Vitória pessoal de Odilon, que nunca se afastou de seus ideais como homem e profissional, vitória da família dele, que sempre incentivou-o na realização de seus sonhos profissio-

nais, vitória dos auditores, que estão na gênese dessa celebração pessoal do novo conselheiro, e por fim, vitória dos conselheiros, que sempre apoiaram o processo de escolha dos auditores, dos quais agora um assume o honroso cargo de conselheiro do TCE.”

Em sua manifestação, o conselheiro André Dias fez questão de ressaltar que os conhecimentos adquiridos durante uma vida inteira dedicada ao controle externo, “farão com que as decisões do TCE, presentes nos acordãos do conselheiro Odilon Teixeira, sejam muito enriquecidas”.

O novo conselheiro, ao agradecer o apoio incondicional de conselheiros e servidores, declarou que “momentos como esses são únicos na vida, e nós não os construímos sozinhos; contamos sempre com a participação da família, dos amigos, e de outras pessoas que nos dão o apoio.” “Estou muito feliz e espero contribuir com o fortalecimento de nossa instituição e também com o engrandecimento do Estado do Pará, em benefício de sua população, finalizou Odilon Inácio Teixeira.

O conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira revelou sua felicidade por mais uma etapa na história do Tribunal, observando que “o que impera nesse momento é o sentimento de dever cumprido, pelo alcance de mais um dos objetivos presentes no planejamento estratégico que é o funcionamento pleno com a atuação dos sete conselheiros da Corte de Contas”.





*“Momentos como esses são únicos na vida, e nós não os construímos sozinhos; contamos sempre com a participação da família, dos amigos, e de outras pessoas que nos dão o apoio. Estou muito feliz e espero contribuir com o fortalecimento de nossa instituição e também com o engrandecimento do Estado do Pará, em benefício de sua população”, conselheiro Odilon Teixeira.*

#### **Trajetória do conselheiro Odilon Teixeira**

O catarinense Odilon Inácio Teixeira tem 43 anos, é graduado em Ciências Contábeis, e também é bacharel em Direito, com pós-graduação em Auditoria Pública, Direito Público e mestrado em Gestão Pública.

Odilon chegou ao TCE-PA após aprovação no concurso público para o cargo de auditor do Tribunal, em 2012. Ele disputou a vaga de auditor entre 1.274 candidatos. Após mais de dois anos no cargo, foi o escolhido de uma lista tríplice do TCE enviada ao governador do Estado, em 2014. A nomeação de Odilon Teixeira aconteceu no dia 12 de novembro, conforme publicação no Diário Oficial do Estado.







# Novo corpo dirigente: Plenário do TCE-PA elege conselheiro Luis Cunha para o biênio 2015/2016

*Os conselheiros que administrarão o TCE nos próximos dois anos receberam votação unânime no Plenário Emílio Martins*

À esquerda, os novos dirigentes do TCE para o biênio 2015/2016, Lourdes Lima, Luis Cunha e André Dias. Abaixo, conselheiro Cipriano Sabino dirigiu a sessão de eleição, na companhia dos membros do MPCE, Guilherme Sperry e Stephenson Oliveira



O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conforme determina o Regimento Interno da Corte de Contas, elegeu seu novo corpo dirigente para o biênio 2015/2016, durante sessão ordinária no dia 02 de dezembro de 2014, no Plenário Cons. Emílio Martins. Foram eleitos, com seis votos, os conselheiros Luis Cunha para o cargo de presidente, Lourdes Lima como vice-presidente e André Dias, que foi reconduzido ao cargo de corregedor do Tribunal.

A sessão teve a direção do atual presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino, com a participação dos demais conselheiros, Luis Cunha, Lourdes Lima, André Dias, Nelson Chaves e Odilon Teixeira; dos auditores Julival Rocha e Milene Cunha e dos subprocuradores do Ministério Público de Contas (MPC), Stephenson Oliveira e Guilherme Sperry.

Após o resultado da eleição, houve manifestação aos novos dirigentes e à atual administração do TCE-PA. A vice-presidente eleita, conselheira Lourdes Lima, foi a primeira a manifestar sua alegria pelo momento. "Gostaria de agradecer a todos os conselheiros. Estamos com um sentimento de fazer melhor ainda. Agradeço também aos servidores que me incentivaram. Com certeza, vamos ajudar a fazer o melhor por esta instituição", disse a conselheira.

Quem também falou foi o conselheiro decano da Corte, Nelson Chaves. Em seu discurso, o conselheiro parabenizou a todos e destacou a nova eleição. "O dia de hoje tem um significado especial. Nosso pleno está completo. É uma alegria em ver que há alternância de poder, que chegam ideias novas. Desejo sucesso

e felicidade para a nova administração e parabenizo o presidente Cipriano Sabino pela brilhante gestão no Tribunal de Contas", resumiu o conselheiro.

Em sua primeira votação, o conselheiro Odilon Teixeira felicitou o resultado. "Tenho certeza que a nova direção do TCE fará uma excelente administração. Desejo muito sucesso aos eleitos e me coloco à disposição para colaborar no que for preciso", completou.

O conselheiro André Dias, reeleito para o cargo de corregedor, ressaltou a importância da gestão do atual presidente e garantiu que está muito feliz por estar novamente à frente da corregedoria. "Vamos sair de uma gestão de grandes e importantes conquistas e realizações. Tudo realizado com garra, empenho e coragem. E tenho certeza, que a partir de fevereiro de 2015, também haverá novos projetos e continuidade. Contem comigo", resumiu o corregedor.

Os auditores Julival Rocha e Milene Cunha também parabenizaram os conselheiros eleitos, ressaltaram a atual administração e falaram a consolidação da democracia. Os representantes do MPC destacaram o sucesso para a nova e atual gestão do TCE-PA.

"Parabenizo a todos os eleitos. Quero registrar também que estou à disposição para ajudar no que for preciso. A parceria entre todos os conselheiros resultou nos avanços que o Tribunal teve nos últimos anos. Por isso, agradeço a todo o apoio que recebi dos conselheiros, auditores e servidores. Que Deus nos proteja e ilumine nesta nova missão", declarou o presidente Cipriano Sabino.





*“Parabenizo a todos os eleitos. A parceria entre todos os conselheiros resultou nos avanços que o Tribunal obteve nos últimos anos. Que Deus nos proteja e ilumine nesta nova missão”, conselheiro Cipriano Sabino.*

#### **Presidente eleito, conselheiro Luis Cunha agradece e fala dos novos desafios**

O presidente eleito, conselheiro Luis Cunha agradeceu a todos e falou sobre sua eleição, a expectativa e os desafios da nova gestão a partir de fevereiro de 2015. “Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu a realização deste momento. Também agradeço de coração a todas as palavras destinadas a mim nesta sessão. Tenho certeza que seremos uma equipe. Vamos governar com os sete conselheiros e com os nossos conselheiros substitutos. E com certeza, vamos trabalhar com os servidores, pois sem eles não temos como fortalecer nossa instituição”, salientou Luis Cunha.

Ainda de acordo com Luis Cunha, o principal foco da sua gestão será o fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado do Pará e o combate à corrupção. “Vamos exercer com coragem o controle externo em benefício da sociedade, estimular o controle social, dialogar com a sociedade”, explicou o conselheiro.

“Obrigado a todos. Deus nos abençoe, para exercer com responsabilidade a missão que tenho pela frente”, finalizou o presidente eleito.





# Projeto Qualidade e Agilidade da Atricon é tema de evento nos dias 15, 16 e 17 de dezembro

*Durante o evento foi apresentada a segunda fase do projeto, ao qual os TCs devem aderir formalmente para participar*



À esquerda, o secretário de planejamento, Alberto Vieira, o auditor Julival Rocha e o secretário de Controle Externo, Reinaldo Valino, representaram o TCE-PA na apresentação do projeto



A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) realizou nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2014 o evento “Os Tribunais de Contas e o Desafio da Qualidade e Agilidade do Controle Externo”, na sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília (DF).

O objetivo do evento foi apresentar a segunda fase de implantação do Projeto Qualidade e Agilidade do Controle Externo, bem como suas diretrizes, indicadores e critérios de avaliação. Os Tribunais de Contas que não aderiram à primeira fase do projeto poderão fazê-lo na ocasião. Minutas do Termo de Adesão serão disponibilizadas a todos os membros dos TCs previamente para amplo conhecimento e apresentação de emendas.

Esta etapa do trabalho de aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas, segundo o conselheiro presidente, se difere da primeira em razão da convergência da metodologia da avaliação à adotada pela Intosai - SAI-PMF. “As diretrizes, indicadores e critérios

de avaliação também incorporaram as 11 Resoluções Orientativas aprovadas no IV Encontro dos TCs, realizado neste ano em Fortaleza”, informou Valdecir Pascoal.

Iniciado em 2012, o Projeto Qualidade e Agilidade do Controle Externo é prioridade da Atricon, motivo pelo qual sua revisão e atualização tem sido realizada de maneira séria e qualificada, em atendimento aos padrões internacionais de controle. “Ofícios-convite já foram enviados e, devida a importância do tema, peço a participação de todos os membros e servidores de TCs envolvidos”, frisou o presidente da Atricon.

O conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) Julival Rocha, o secretário de Controle Externo, Reinaldo Valino, o secretário de Planejamento Alberto Vieira, entre outros servidores, participaram do evento “Projeto Agilidade e Qualidade do Controle Externo” realizado pela Atricon, em Brasília.



# Balanço Plenário: Presidente do TCE divulga relatório de atividades de 2014

*Conselheiro Cipriano Sabino apresentou os números totais de processos e dos valores para devolução aos cofres públicos como resultado dos julgamentos em 2014*

À esquerda, o Plenário Emílio Martins, em dia de sessão. Abaixo, conselheiro Cipriano Sabino à frente de uma delas.



O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheiro Cipriano Sabino divulgou no dia 18 de dezembro, após a sessão plenária, o balanço de atividades do plenário em 2014.

De acordo com os dados da Secretaria Geral do TCE, foram realizadas 83 sessões ordinárias, com 2.850 processos julgados. As glosas aplicadas no período chegaram em torno de 100 milhões em valores atualizados.





# ECAV encerra ano letivo com apresentação de metas

*Escola de Contas do TCE-PA coordenou várias ações pedagógicas tanto na capital quanto no interior do estado em 2014*

À esquerda, os conselheiros e diversos servidores do TCE-PA durante a apresentação de metas da ECAV. Abaixo, o cons. Cipriano Sabino agradece aos servidores da Escola de Contas.



A Escola de Contas Alberto Veloso - (ECAV), encerrou em dezembro o calendário acadêmico de 2014. No encerramento, a ECAV apresentou aos conselheiros Cipriano Sabino (presidente), Luis Cunha (vice-presidente) e Lourdes Lima, aos auditores Julival Rocha e Milene Cunha, e servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA) as metas atingidas pela Escola de Contas.

Foram apresentados números de eventos, cursos, capacitação na capital e interior do estado. Segundo a diretora da ECAV, Mariúcia Lacerda, o sentimento é de dever cumprido. "Conseguimos realizar 80% a mais de capacitação dos jurisdicionados. Nosso

objetivo foi mais do que atingido, mas vamos continuar. Nosso estado precisa de ações de capacitação", resumiu.

O presidente do TCE, conselheiro Cipriano Sabino, agradeceu o empenho dos servidores da ECAV e parabenizou o trabalho desenvolvido durante este ano. "A ECAV está de parabéns. Todos os servidores vestiram a camisa. Alcançamos uma meta histórica com a realização de eventos em Belém e pelo interior do estado. Temos muito o que comemorar, porém há muito para se avançar ainda. A Escola de Contas cumpriu seu papel com excelência. Parabéns", finalizou.



## Descentralização

# Marabá recebe unidade regional do TCE-PA

Com a presença de vários prefeitos, secretários, vereadores, profissionais liberais, entre outras autoridades dos trinta e cinco municípios compreendidos pelas regiões de integração de Marabá, do lago de Tucuruí, Carajás, Araguaia, Redenção e Rio Capim, foi inaugurada no dia 22 de janeiro de 2015, a Unidade Regional 2, do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

De acordo com o presidente do Tribunal, conselheiro Cipriano Sabino, a inauguração da Unidade Regional, para além de todos os serviços que ela oferece, representa o resgate de uma dívida histórica do TCE-PA com a região. “O TCE-PA foi instalado em definitivo no ano de 1952. Há 63 anos, portanto. Neste dia histórico para todos nós, declaramos inaugurada a Unidade Regional 2, que

vai proporcionar a descentralização, a integração e a aproximação do Tribunal com todos os nossos irmãos desta estratégica região, na cidade de Marabá, certamente uma das mais importantes e promissoras de todo o território paraense”, declarou.

Presente na cerimônia, o prefeito de Marabá, João Salame, disse que: “a iniciativa do TCE-PA de inaugurar a Unidade Regional na nossa cidade é de fundamental importância para o fortalecimento das nossas atividades, principalmente nesses tempos em que gestores públicos de boa índole são confundidos com políticos que têm usado o direito do povo para benefício próprio”, resumiu. Por sua vez, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Pedro Henrique Araújo, disse que a categoria sente-se



À esquerda, observados pelos conselheiros Lourdes Lima e Luis Cunha, e pelo procurador geral do MPC, Antonio M. Cavalcante, o presidente do TCE e o prefeito de Marabá desenham a fita que marca a inauguração da nova sede. Abaixo, à direita, os prefeitos de Marabá, Itupiranga e Jacundá recebem as primeiras certidões da Unidade Regional



honrada não apenas pela inauguração da unidade, mas também pelo espaço reservado aos contadores e advogados que precisam recorrer ao TCE-PA.

O presidente do TCE-PA destacou também que a partir de agora somente os julgamentos serão feitos na sede da instituição em Belém, pois todos os serviços e solicitações restantes podem ser realizados na UR2. “Já iniciamos o processo de preparação para as videoconferências. Tão logo tenhamos condições de implantar os cabos de fibra ótica, até mesmo as defesas orais serão feitas daqui, durante as sessões plenárias do Tribunal”, assegurou.

O advogado Antonio Marruaje disse que já perdeu prazos por atraso de avião, cancelamento de voos ou condições precárias de rodovias. “Só um órgão com tamanha sensibilidade como o TCE-PA para entender que um estado do tamanho do nosso precisa ter ações como essa, descentralizada”, reconheceu.

Desde o dia 23 de janeiro de 2015, serviços como: emissão e solicitação de certidões, recebimento de prestações de contas, de recursos, apresentação de defesa, de requerimentos diversos, consultas processuais, regularização de dívidas, ou, ainda, orien-

tação sobre prestações de contas, treinamento e capacitação, entre outros esclarecimentos sobre ações e julgamentos, todos os serviços antes somente realizados em Belém, passaram a ser realizados em Marabá.

### **Selo comemorativo e capacitação**

Durante a cerimônia foi lançado um selo comemorativo criado pelo servidor do TCE-PA Clewerson Queiroz alusivo à inauguração. Durante um mês todas as correspondências que forem postadas em Marabá serão seladas retratando à instalação da UR2. Também no dia 23 de janeiro, o TCE-PA promoveu mais uma rodada de capacitação para gestores, técnicos e profissionais liberais. As 250 vagas ofertadas foram preenchidas. Além do conselheiro Cipriano Sabino, dos prefeitos, e demais autoridades citadas, os conselheiros Luis Cunha e Lourdes Lima, o procurador geral do Ministério Público de Contas Antonio Maria Cavalcante, o deputado federal eleito Beto Salame e representantes da OAB também participaram da inauguração.



## Descentralização e Interiorização

# TCE-PA Capacita Representantes de 35 Municípios do Sul e Sudeste Paraenses

Nos últimos quatro anos, o fluxo de eventos voltados para a capacitação dos jurisdicionados mostra que o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) aposta na orientação como melhor caminho para evitar punições e garantir o correto uso do dinheiro público. A ação mais recente de capacitação aconteceu em Marabá, Sudeste do estado, quando cerca de 300 pessoas participaram do Ciclo de Aperfeiçoamento realizado durante todo o dia 23 de janeiro de 2015, no Espaço Casarão. Essa foi a segunda rodada de palestras realizada na cidade. A primeira aconteceu em 2013.

A capacitação realizada em Marabá fez parte da inauguração da Unidade de Representação Regional (UR2 Marabá) do TCE-PA. Participaram do encontro representantes de 35 cidades das regiões de integração de Marabá, Carajás, Lago de Tucuruí, Araguaia, Redenção e Rio Capim, todas localizadas no Sul e Sudeste paraenses. A abertura oficial do evento foi feita pelo

conselheiro Cipriano Sabino, presidente do TCE-PA, que compôs a mesa ao lado do conselheiro Luís Cunha, vice-presidente do TCE-PA; e da conselheira Lourdes Lima, vice-presidente eleita do TCE-PA.

A primeira palestra foi ministrada pelo conselheiro substituto Julival Silva Rocha, que falou sobre 'Improbidade Administrativa e Transparência'. Ainda pela manhã, a palestra 'Instrumento de Controle dos Atos da Gestão Pública', foi ministrada por Luiz Roberto Reis, secretário do Controle Interno do TCE-PA. Após pausa para o almoço, o evento foi retomado no período da tarde com mais duas palestras: 'Prestação e Tomada de Contas de Recursos Estaduais', ministrada pelo assessor de fiscalização do TCE-PA, Augusto Cherfan; e 'O Novo Padrão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e seus prazos de Implementação', ministrada pelo auditor de controle externo do TCE-PA, Antônio Carlos Ferreira.

# CONHEÇA A NOVA UNIDADE REGIONAL DO TCE NO SUL DO PARÁ



## SERVIÇOS DISPONÍVEIS

### ATENDIMENTO AO CIDADÃO

ORIENTAÇÃO SOBRE PRESTAÇÕES DE CONTAS  
SOLICITAÇÃO E ENTREGA DE CERTIDÕES  
CONSULTA SITUAÇÃO PROCESSUAL  
REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS (MULTAS E GLOSAS)  
CONSULTA A PROCESSOS (MEDIANTE AGENDAMENTO)

## PROTOCOLO

RECEBIMENTO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS  
RECEBIMENTO DE RECURSOS  
APRESENTAÇÃO DE DEFESA  
REQUERIMENTOS DIVERSOS



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**  
**Regional Marabá - (94) 3323-0799**  
**Av. VP8, Folha 32, Quadra 17, Lote 11**  
**Nova Marabá Cep: 68.540-022**





1 Audiência com Governador Simão Jatene

2 Conselheiros do TCE-PA no 5º Coninter

3 Conselheiros em audiência com vice-governador Helenilson Pontes

4 Visita da desembargadora Raimunda Noronha ao TCE

5 Posse do ministro Augusto Nardes na presidência do TCU

6 Visita do procurador chefe do MPE Eduardo Barleta ao TCE

7 Visita de procuradores ao TCE

8 Programa de Interiorização, em Santarém - PA

9 Cons. Cipriano Sabino e o dep. Manuel Pioneiro

10 Audiência com o presidente do Senado, José Sarney

11 Reunião da ATRICON - com ministro Ayres Brito

12 Posse da ministra Ana Arraes, no TCU

13 Reunião ATRICON-Brasília

14 Seminário de desenvolvimento e infraestrutura TCU

15 Encontro de Tecnologia da Informação no TCU - com ministro Benjamin Zymler



1 Cons. Cipriano Sabino e Luis Cunha com o ministro Benjamin Zymler

2 Cons. André Dias, Ivan Cunha, Cipriano Sabino e Luis Cunha com o ministro Augusto Nardes

3 Cons. Cipriano Sabino e o sec. de Controle Externo Reinaldo Valino e representantes do BID

4 Con. Cipriano Sabino com os ministros Augusto Nardes e Dias Toffoli e o presidente do IRB Sebastião Helvécio

5 Cons. Cipriano Sabino, com o ministro Augusto Nardes, e os cons. Antonio Joaquim (TCE-MT) e o cons. Severiano Costandrade (TCE-PI)

6 Cons. Cipriano Sabino, ministro substituto do TCU, Weder de Oliveira e o cons. do TCE-AM, Érico Desterro

7 Cons. Cipriano Sabino e representantes do CRC-PA

8 Cons. Cipriano Sabino e o deputado Márcio Miranda

9 Cons. Cipriano Sabino e o procurador do MPF Alan Mansur, durante a entrega da lista de inelegíveis das eleições de 2014

10 Cons. Cipriano Sabino e o desembargador Leonardo Tavares

11 Cons. Cipriano Sabino em audiência com deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara Federal

12 Cons. Cipriano Sabino e Luis Cunha, ministro Augusto Nardes e Conselheiros de TCS do Norte do país

13 Cons. Cipriano Sabino e Ivan Cunha com o cons. Valdecir Pascoal (TCE-PE)

14 Cons. Cipriano Sabino com o governador do MT, Pedro Taques

15 Conselheiro Cipriano Sabino com o governador de AL, Renan Filho



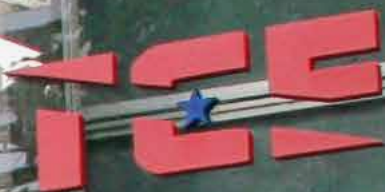
Carlos Borges

TRIBUNAL DE CONTAS DO E





ESTADO



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARÁ

↖ Acesso Principal

↖ Centro de Memória

- Memorial Innocencio Serzedello Corrêa
- Biblioteca Benedito Fradê
- Cafeteria



